



**Mestrado**

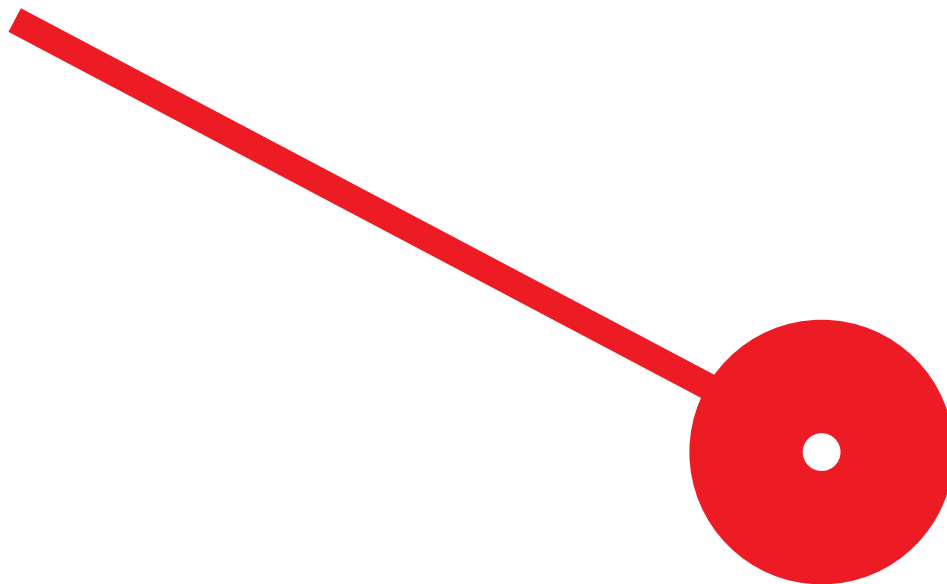
Contabilidade e Finanças

# Práticas de Prestação de Contas: Meios Digitais nas Autarquias Locais

Jéssica Paula da Silva Caroça

*Versão Final*

10/2019





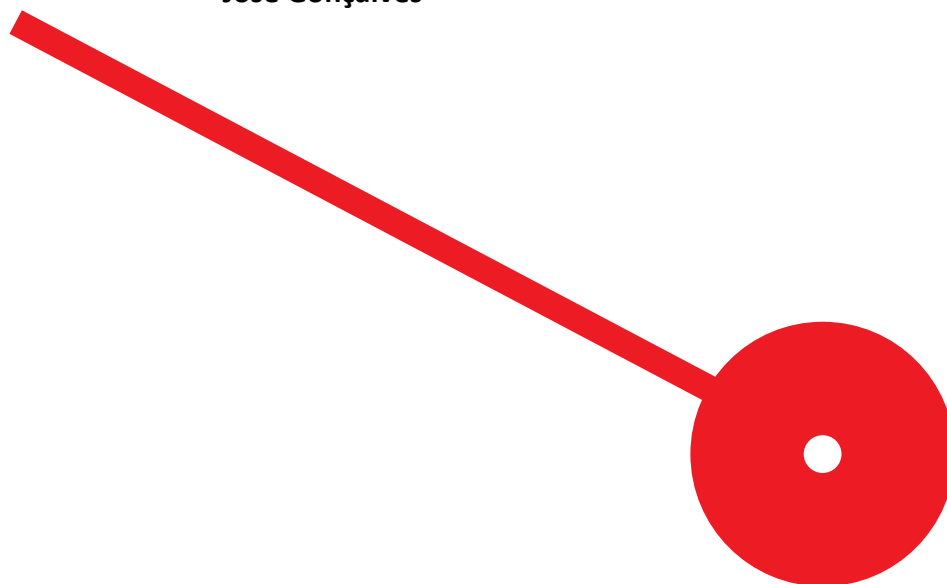
**Mestrado**

Contabilidade e Finanças

# Práticas de Prestação de Contas: Meios Digitais nas Autarquias Locais

Jéssica Paula da Silva Caroça

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação da Professora Doutora Amélia Ferreira da Silva e da Professora Doutora Maria José Gonçalves**



## **Dedicatória**

*Dedico este trabalho ao meu porto de abrigo:*

*os meus Pais*

*e à estrelinha mais brilhante que mora no Céu que já não viu a madrinha tornar-se  
mestre, a minha Camila ♥∞*

## **Agradecimentos**

A realização desta dissertação, foi um processo longo e de muita ansiedade, mas sobretudo de partilha de conhecimentos.

Primeiramente queria agradecer a duas pessoas que foram essenciais para a realização deste trabalho. À professora Amélia Ferreira da Silva, pela disponibilidade que sempre teve e pela partilha de conhecimento. Muito obrigado, pelo seu contributo na realização desta dissertação. À professora Maria José Gonçalves, pela disponibilidade em colaborar nesta investigação, dando o seu contributo na parte da metodologia e na revisão da dissertação, assim como todo o apoio dado ao longo destes últimos meses.

À Dra. Telma Maia por toda a ajuda que me deu e pela partilha de conhecimentos.

Aos meus amigos de sempre, por toda a paciência, apoio e incentivo ao longo deste processo.

Aos meus pais e irmã que estiveram sempre presente e me apoiaram em tudo, a quem estou eternamente grata. Sem eles toda esta caminhada teria sido impossível. Obrigada por acreditarem sempre em mim.

## **Resumo:**

As Tecnologias da Informação e Comunicação, ao proporcionar o acesso fácil e sem custos à informação, têm assumido um papel fundamental na divulgação da informação económico-financeira e nas práticas de prestação de contas na Administração Pública, promovendo uma cultura de accountability nas organizações públicas Portuguesas.

Este estudo tem como objetivo geral analisar e avaliar as práticas de divulgação de informação económico-financeira das autarquias locais através do *website* de cada município.

Tendo em conta o objetivo geral, procedemos à elaboração de um estudo descritivo e exploratório sobre a informação divulgada nos *websites* e respetiva usabilidade, com recurso à técnica de análise de conteúdo e à ferramenta automática – *Woorank*.

A amostra é constituída por 93 municípios da NUT III, selecionados por critérios de representatividade. Face aos resultados obtidos, verificou-se que ainda existem alguns *websites* que não divulgam alguns dos itens de divulgação obrigatória. Não se verificando em nenhum dos itens uma pontuação de 100%. Relativamente à informação de carácter facultativo, concluímos que a maioria das autarquias disponibiliza essa informação. Quanto às características dos *websites* verificamos que o tempo de carregamento das páginas é um ponto a ter em consideração para uma melhor qualidade de pesquisa para o utilizador.

Este estudo é inovador na medida em que utilizamos uma ferramenta automática para caracterizar a usabilidade dos *sítios web* dos municípios analisados.

**Palavras chave:** *Accountability*, Autarquias Locais, Divulgação de Informação Financeira, Transparência, Usabilidade, *Websites*.

**Abstract:**

Information and Communication Technologies, by providing easy and free access to information, have assumed a fundamental role in the dissemination of economic and financial information and in the practices of accountability in Public Administration, promoting a culture of accountability in Portuguese public organizations. . This study aims to analyze and evaluate the practices of dissemination of economic and financial information of local authorities through the website of each municipality.

Taking into account the general objective, we proceeded to the elaboration of a descriptive and exploratory study about the information disclosed in the websites and its usability, using the content analysis technique and the automatic tool - Woorank.

The sample consists of 93 NUT III municipalities, selected by representativeness criteria. Given the results, it was found that there are still some websites that do not disclose some of the mandatory disclosure items. None of the items score 100%. Regarding the optional information, we conclude that most municipalities make this information available.

Regarding the characteristics of the websites we found that page load time is a point to consider for better search quality for the user.

This study is innovative in that we use an automatic tool to characterize the usability of the websites of the analyzed municipalities.

**Key words:** Accountability, Local Authorities, Financial Reporting Disclosure, Transparency, Usability, Websites.

## Índice geral

<b>Capítulo - Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – Revisão da Literatura .....</b>	<b>5</b>
1 Nova Gestão Pública .....	6
1.1 Accountability e Contabilidade .....	8
1.2 New Public Management, accountability, transparência e Tecnologias da Informação e Comunicação.....	10
1.3 A Contabilidade nas Autarquias Locais Portuguesas .....	12
1.3.1 A Reforma Financeira do Estado.....	12
1.3.2 O POCAL aplicável aos Municípios Portugueses .....	17
1.3.3 Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública.....	18
1.4 A transparência Municipal.....	19
1.5 Divulgação da Informação económico-financeira das autarquias locais via web	23
1.5.1 Conceito de Usabilidade.....	24
1.5.2 Ferramentas para avaliação da usabilidade .....	25
1.6 Trabalhos relacionados: Índices utilizados para medirem o nível de divulgação económico-financeira via <i>Web</i> .....	27
<b>Capítulo II – Problema, Questões, Objetivos e Metodologia de Investigação .....</b>	<b>31</b>
2 Problema, Questão de Investigação e Objetivos .....	32
2.1 Metodologia de Investigação.....	33
2.1.1 Método qualitativo e quantitativo.....	33
2.1.2 Investigação descritiva e exploratória .....	34
2.2 Método e técnicas de recolha de dados .....	35
2.2.1 Análise Documental .....	35
2.2.2 Análise de conteúdo.....	35
2.2.3 Entrevista .....	35
2.3 Recolha de Dados .....	36

2.3.1	Identificação dos municípios .....	38
2.3.2	Análise sistemática dos <i>websites</i> dos municípios, identificando os itens de informação selecionados.....	39
<b>Capítulo III – Apresentação e Discussão de Resultados .....</b>		<b>41</b>
<b>Capítulo IV – Conclusão e Perspetivas Futuras .....</b>		<b>50</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>		<b>55</b>
<b>Apêndices.....</b>		<b>62</b>



## **Índice de Figuras**

<b>GRÁFICO 1</b> - % DE ITENS OBRIGATÓRIOS POR LEI PRESENTES NOS WEBSITES .....	43
<b>GRÁFICO 2</b> - % DE ITENS DO GRUPO B PRESENTES NOS WEBSITES.....	44
<b>GRÁFICO 3</b> - % DE ITENS FACULTATIVOS PRESENTES NOS WEBSITES .....	45

## **Índice de Tabelas**

<b>TABELA 1 – PLANOS DE CONTABILIDADE SECTORIAIS .....</b>	<b>16</b>
<b>TABELA 2 – CARACTERÍSTICAS DE USABILIDADE VERIFICADAS NOS WEBSITES (%).....</b>	<b>47</b>
<b>TABELA 3 – CARACTERÍSTICAS DE USABILIDADE VERIFICADAS NOS WEBSITES (MÉDIA E DESVIO-PADRÃO) .....</b>	<b>48</b>

## **Lista de abreviaturas e siglas**

AL – Autarquias Locais

AP – Administração Pública

art.º - Artigo

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

DL – Decreto-Lei

IFR – *Internet financial reporting*

IPSAS – *International Public Sector Accounting Standards*

ITM – Índice de Transparência Municipal

LFL – Lei das Finanças Locais

n.º - Número

NGP – Nova Gestão Pública

POC – Plano Oficial de Contabilidade

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POCE – Plano Oficial de Contabilidade para o Sector da Educação

POCISSSS – Plano Oficial de Contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social

POCMS – Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde POCP - Plano Oficial de Contabilidade Pública

RAFE – Regime de Administração Financeira do Estado

SPA – Sector Público Administrativo

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública

TIAC – Transparência e Integridade, Associação Cívica

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

WQM – *Web Quality Model*

W3C – World Wide Web Consortium

UE – União Europeia



Nas últimas décadas, as organizações do sector público, quer a nível nacional como internacional confrontaram-se com um novo paradigma de gestão pública, designado *New Public Management*. Este movimento foi um dos principais responsáveis pelas grandes reformas ocorridas no âmbito da Administração Pública (AP), dando origem a novos modelos de gestão, com o objetivo de uma maior transparência, eficiência, eficácia e para uma maior responsabilização pelos resultados por parte dos organismos públicos (Hood, 1995a).

Este movimento surge como resposta aos problemas associados ao aumento da despesa pública gerados pela crescente responsabilidade do Estado na prestação de serviços essenciais para a sociedade. Em termos gerais, caracteriza-se fundamentalmente por incorporar nas organizações públicas abordagens e práticas de gestão do setor privado, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados e, simultaneamente gerir melhor os recursos públicos.

O processo de modernização e reforma do modelo de gestão pública associado à NPM compreende as reformas verificadas na contabilidade das organizações públicas, sendo que as mudanças que têm vindo a ocorrer no âmbito da contabilidade pública visam potenciar a qualidade de informação para a tomada de decisão, a transparência e a responsabilidade (*accountability*) na gestão pública, permitindo que os cidadãos eleitores obtenham informação sobre como os recursos públicos estão a ser geridos e utilizados pelos gestores públicos. O conceito de *accountability* adquire especial relevância quando associado a boas práticas de governação, compreendendo aspetos relacionados com a transparência, a equidade, a responsabilidade e a integridade.

A transparência surge como um dos aspetos mais relevantes para adquirir a confiança dos cidadãos, uma vez que permite avaliar o desempenho e conhecer as organizações públicas através da divulgação de informação.

É neste âmbito que a ascensão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) vai acompanhando as práticas de *accountability*, por via da divulgação de informação, uma vez que estas permitem melhorar os métodos de gestão e serviços prestados pelas organizações públicas. Atendendo a esta evolução, em Portugal, a Lei das Finanças Locais (LFL) veio reforçar o dever de publicidade da informação financeira, prevendo a disponibilização dos

documentos previsionais e de prestação de contas no respetivo *website* de cada município, fazendo referência à disponibilização dos documentos dos últimos dois anos.

Contudo, a disponibilização da informação através das páginas de internet não significa, necessariamente, que essa informação seja de fácil acesso para o cidadão comum. Há inúmeros fatores, objetivos e subjetivos, que interferem na qualidade da comunicação que se estabelece através de uma página de internet entre a organização e os seus *stakeholders*.

É neste contexto que surgem o conceito de usabilidade *web*, um dos principais conceitos fundamentais para a interação entre pessoas e tecnologias. A usabilidade é uma área das ciências da computação - Interação Homem-máquina – refere-se normalmente à simplicidade e facilidade com que uma interface, um programa de computador ou um website pode ser utilizado (Nielsen, 2012). No contexto deste trabalho pretende-se avaliar os websites disponibilizados pelos municípios, usando a ferramenta automática Woorank.

Como objetivo principal pretende-se avaliar as práticas dos municípios portugueses em termos de divulgação da informação económico-financeira através das suas páginas de internet.

Para complementar este objetivo, identificaram-se as seguintes questões de investigação:

- **Q1.** A informação financeira dos municípios portugueses é divulgada e está acessível ao público em geral, através da publicação nos seus *websites*?
- **Q2.** Os municípios têm a preocupação de divulgar informação facultativa relevante para os cidadãos e considerada importante do ponto de vista da *accountability*?
- **Q3.** Como se caracterizam os *websites* dos municípios portugueses quanto à usabilidade?

Para responder a estas questões procedemos à elaboração de um estudo descritivo e exploratório sobre a informação divulgada nos *websites* e respetiva usabilidade, com recurso à técnica de análise de conteúdo e à ferramenta automática – *Woorank*. A seleção da nossa amostra teve por base 93 municípios portugueses selecionados com base na divisão do Eurostat, em 2015, que dividiu Portugal em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III). Para a amostra do nosso estudo, analisamos um terço dos municípios das regiões de Portugal Continental da NUT III. Tendo como referência a taxa de indivíduos que concluíram o

ensino secundário, segundo os censos de 2011, decidimos analisar os municípios de maior e menor escolaridade.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos.

Após esta introdução, segue-se o capítulo I, onde é efetuada a revisão da literatura de forma a explorar os conceitos e objetivos da Nova Gestão Pública, a contextualizar a evolução da contabilidade nas Autarquias locais Portuguesas, assim como as suas práticas de divulgação de informação económico-financeiras via *web*. No capítulo II, é apresentado o estudo empírico, nomeadamente em termos de objetivos, questões de investigação e a metodologia de recolha de dados. Em seguida, é apresentada a análise dos dados recolhidos, bem como a análise dos resultados obtidos. Por fim, apresentamos as principais conclusões desta dissertação, salientando os principais contributos e limitações do estudo, para além de algumas sugestões para futuras investigações.



## **CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA**

---

## 1 Nova Gestão Pública

A disseminação da ideologia de Nova Gestão Pública tem motivado algumas das mais recentes reformas da administração pública, sendo um dos movimentos mais notáveis neste sector nas últimas décadas. Este movimento veio criar reformas direccionadas para uma maior transparência, eficiência, eficácia e para uma maior responsabilização pelos resultados obtidos por parte das organizações públicas (Hood, 1995a).

A NGP, como movimento de resposta aos problemas associados ao crescimento contínuo da despesa pública em consequência do aumento das responsabilidades do Estado, tem como principal objetivo de aproximar a gestão pública da gestão privada, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados e a minimizar custos, resultando numa melhor gestão dos recursos disponíveis (Ewan, Ferlie, Pettigrew, Ashburner, & Fitzgerald, 1996) .

O surgimento deste novo modelo de gestão pública foi interpretado de formas diferentes consoante os autores. Evidenciando-se especialmente fatores socioeconómicos, ideológico-políticos, a falência do próprio modelo já existente, as pressões internacionais e a situação mundial económico-financeira do final do século XX.

Segundo ( Hood, 1991), o movimento da NGP deveu-se principalmente a uma junção de fatores, tais como:

- a) Tentativa de reduzir ou reverter a despesa pública e cortar nos serviços públicos;
- b) A transição para a privatização ou quase-privatização das instituições Estatais, com uma ênfase renovada na subsidiariedade para os prestadores de serviços públicos;
- c) O desenvolvimento das tecnologias da informação, na produção e na distribuição de serviços públicos;
- d) O desenvolvimento de uma agenda internacional, focada nos aspetos gerais da AP, *design* de políticas, estilos de decisões e cooperação intergovernamental, numa comutação cada vez maior da antiga tradição existente nos países especialistas em gestão pública.

Para Pillay (2008), a NGP é uma teoria normativa que apresenta um conjunto de princípios para a mudança de paradigmas nas organizações públicas. Fundamentado que uma menor intervenção do governo, forças de mercado, descentralização e uma maior dependência de

contratos resultará em melhores resultados económicos e sociais. Este mesmo autor defende que o sucesso ou não sucesso das reformas motivadas com o movimento da Nova Gestão Pública depende da cultura e política de cada país.

De acordo com Hood (1991), que defende a NGP como um modelo de eficiência, tais princípios consolidam-se da seguinte forma:

- **Gestão Profissional no sector público** – Explicação e especificação das competências do gestor público. Direccionada para as competências de gestão para melhorar a eficiência das organizações. Libertar a gestão pública das questões de confiança política e substituí-la por uma gestão de confiança;
- **Medidas de Desempenho** – Clarificação da função de cada agente da administração pública. Definição de objetivos e indicadores de sucesso;
- **Maior ênfase no controlo de produção** – Atribuição de recursos e prémios com base em medidas de desempenho. Abandono da gestão de recursos humanos centralizados e burocráticos;
- **Descentralização** – Criação de unidades mais flexíveis e descentralizadas;
- **Competição no setor público** – Recorrer a contratos de longo prazo e concursos públicos. Sendo a competitividade a chave para a redução de custos e aumento dos padrões de qualidade;
- **Instrumentos de gestão privada** – Maior flexibilidade em contratar e atribuir prémios. Melhor utilização de técnicas de relação pública.
- **Maior disciplina e rigor na utilização dos recursos públicos** – Cortar nos custos diretos, aumento da disciplina laboral, resistir a reivindicações laborais.

O paradigma da NGP tem sido particularmente importante quando nos referimos às reformas verificadas na contabilidade do setor público, que durante as últimas três décadas tem sido intensas e têm ditado objetivos semelhantes: melhorar a eficiência, eficácia e economia do setor público (Christensen & Lægreid, 2014).

## 1.1 Accountability e Contabilidade

Com a introdução da NGP, começaram a verificar-se mudanças a nível da contabilidade pública, sendo que, para Hood (1995), as mudanças a nível contabilístico relacionam-se com melhores práticas organizacionais e responsabilidade pública (*accountability*).

Para Hood (1995b), os principais objetivos da NGP era diminuir ou remover as diferenças entre o setor público e privado e mudar a ênfase da responsabilidade do processo para um elemento de maior responsabilidade em termos de resultados. Para este autor, a contabilidade seria um elemento-chave para essa nova prática de prestação de contas, pois refletia alta confiança no mercado e nas estratégias de negócios privados, eliminando assim a corrupção antes verificada.

Segundo Boyne, Gould-Williams, Law & Walker (2002), todas as organizações públicas devem prestar contas publicamente, na medida em que é necessário justificar as ações praticadas por determinada sociedade. Consequentemente, a prestação de contas (*accountability*) perante a sociedade tornou-se um instrumento fundamental do próprio paradigma de NGP, tendo como objetivo melhorar a responsabilidade das organizações públicas ao nível dos resultados. Assim, a informação fornecida pela contabilidade pública tem sido cada vez mais valorizada, considerando que é essencial para a avaliação do desempenho de gestores e organizações públicas.

Para Chan (2003), a contabilidade pública a nível internacional teve particular destaque por várias razões, tais como:

- A escala e as funções dos governos modernos, em termos relativos e absolutos. Uma maior quantia de dinheiro requer mais contabilidade financeira. Administrar com menos dinheiro exige outro tipo de contabilidade, a chamada contabilidade de custos, para melhorar a eficiência e a economia;
- A contabilidade é considerada um instrumento essencial contra a corrupção no governo;
- Os contabilistas descobriram o potencial de expandirem o seu conhecimento e prestação de serviços para o setor público.

Para além disso, a contabilidade pública permite uma maior transparência das contas públicas, assim como um maior controlo e cumprimento de contratos económicos, sociais e políticos.

A *accountability* é interpretada como o meio pelo qual as organizações reportam às entidades competentes o cumprimento de normas específicas, assim como a responsabilização pelas suas próprias ações (Edwards & Hulme, 2014). Pelo que, Bovens (2007, p.450), define *accountability* como:

*“... o relacionamento entre um ator e um fórum, em que o ator tem a obrigação de explicar e justificar a sua conduta, o fórum pode colocar questões e julgar e o ator pode enfrentar as consequências...”*.

Segundo Bovens (2007), *accountability* é um dos conceitos essenciais que ninguém pode estar contra, sendo cada vez mais utilizado no discurso e documentos políticos por transmitir uma imagem de transparência e de confiança. No entanto, a *accountability* é formada de forma subjetiva e sofre transformações no contexto de cada organização, não existindo consenso quanto ao seu significado (Sinclair, 1995).

Hood (2010) defende que *accountability* e transparência são dois conceitos que são separáveis, mas que se complementam suavemente para uma melhor gestão pública. Estes dois conceitos estão fortemente relacionados, pois o acesso à informação constitui a primeira etapa do processo de *accountability* (Meiyer, 2003).

Bovens, Schillemans & Hart (2008) desenvolveram três perspetivas diferentes para avaliar as práticas de *accountability* pública: perspetiva democrática, perspetiva constitucional e perspetiva de aprendizagem.

A principal preocupação da perspetiva democrática é se as disposições de *accountability* aumentam as possibilidades abertas aos eleitores, ao parlamento ou a outros órgãos representativos para um controlo do poder executivo.

Na perspetiva constitucional, a *accountability* é uma chave essencial que permite o equilíbrio do poder, no sentido de evitar o seu abuso e corrupção. No âmbito da perspetiva de aprendizagem, o seu foco tem a ver com o facto de a *accountability* ser percecionada como um processo de aprendizagem, visando a melhoria da eficácia e da eficiência na gestão do setor público.

Em suma, a informação contabilística é cada vez importante na Administração Pública, através desta informação a sociedade eleitora avalia o desempenho dos autarcas na aplicação eficiente (ou não) dos recursos públicos, assim como a forma como os autarcas fazem a sua

afetação, motivando assim a transparência e a accountability pública (Bruns Jr., 1968). No entanto, de acordo com Lindquist e Huse (2017), nos últimos cinquenta anos, têm surgido muitos debates sobre como operacionalizar e equilibrar os princípios de *accountability*, particularmente à medida que governos e programas cresceram em tamanho e as sucessivas reformas adicionaram e enfatizaram novos princípios para equilibrar.

## **1.2 New Public Management, accountability, transparência e Tecnologias da Informação e Comunicação**

A gestão pública está cada vez mais complexa, não só pela introdução dos princípios da NGP mas também pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Tal como alerta Ramio (2008), estes fatores podem tornar os serviços públicos mais efetivos e eficientes, mas sua transformação também tem riscos importantes. A modernização da administração pública, quando concebida como um objetivo final e não como um meio, pode aumentar a distância entre organizações públicas e a sociedade. Neste contexto, as boas práticas de *accountability* e transparência são tidas como decisivas na configuração da relação que se estabelece entre as organizações públicas e o cidadão.

Segundo Mabillard & Zumofen (2017), o conceito de *accountability*, bem como de transparência, contém seus próprios limites teóricos e práticos. Segundo os autores, do ponto de vista teórico, a *accountability* é frequentemente vista como parte de um contrato que descreve as obrigações de ambas as partes. No entanto, a realidade não é tão racional e a *accountability* no discurso geral não é tão estruturada como sugeriria a redação dos contratos. Além disso, a pessoa que assume a responsabilidade de prestar contas também é considerado incapaz de prestar contas de todas as ações que realiza, porque algumas são desconhecidas até para si mesmo. Por outro lado, as práticas de *accountability* podem levantar problemas de eficiência, falta de inovação ou objetivos contraditórios. No início do século XX, a transparência e a prestação de contas não estavam vinculadas automaticamente. Hoje, no entanto, transparência e responsabilidade são usadas juntas repetidamente. Sob um ponto de vista normativo, os dois conceitos costumam estar associados um ao outro porque ninguém se opõe a eles (Mabillard & Zumofen, 2017).

De acordo com Lindquist & Huse (2017), a tecnologia digital, juntamente com a cultura e as possibilidades que produzem, transformarão as sociedades e seus governos. O surgimento e proliferação de recursos da *Web 2.0* (por exemplo, serviços em nuvem, mídias sociais, *wikis*, dados abertos, *big data*, análise de dados, iniciativas abertas por padrão, plataformas digitais, portais, colaboração e coprodução, etc.) e os defensores do seu uso na administração pública conduziram a uma grande experimentação destes instrumentos. Segundo os autores, as iniciativas que surgiram neste contexto prometeram melhor monitoramento e supervisão dentro dos governos centrais e através das cadeias de prestação de serviços, contando com a participação dos cidadãos e especialistas externos. No entanto, poucos estudiosos têm explorado como as ferramentas digitais afetam as práticas de *accountability*.

Segundo Lindquist & Huse (2017), apesar de prometer novas abordagens, a literatura internacional sobre TIC's e ferramentas digitais não mapeia facilmente a abordagem da literatura da administração pública sobre *accountability*. Quando os autores têm o digital como ponto de partida, tendem a concentrar-se em questões como em dados abertos, mídia social, a extensão da transparência do governo e a qualidade e relevância dos dados para prestação de contas. Por outro lado, quando os autores têm como ponto de partida a transparência, tendem a focar-se em questões como o engajamento público para melhorar o orçamento, redução da corrupção, participação dos cidadãos e a criação de valor público.

Para Brown & Toze (2017), é necessário que as organizações públicas se adaptem à constante evolução das tecnologias da informação. Estes autores, afirmam que a informação assim como o dinheiro e as pessoas, é um recurso essencial para a tomada de decisões futuras. Quando uma organização opta pela gestão de informação de forma digitalizada deve ter em consideração diferentes domínios do campo de Sistemas de Informação, tais como: segurança da informação, qualidade da informação, privacidade e as tecnologias que possui. Os autores consideram que este processo é fundamental na medida que preserva a informação e como fundamento da *accountability* e transparência no sector público.

Bolívar, Pérez & López-Hernández (2015), afirmam que o uso das tecnologias da informação e comunicação poderá ser um fator importante para melhorar a responsabilização dos governos e alcançar uma maior transparência através da divulgação da informação financeira na *web*.

Segundo Schillemans, Van Twist & Vanhommerig (2013), a *accountability* é um dos princípios fundamentais de um governo democrático. Estes autores, defendem que os cidadãos têm o direito de saber o que o governo e as organizações públicas pretendem fazer, o que pretendem alcançar e o custo que terá, para no fim verificaram até que ponto os objetivos foram alcançados e se foi dentro do orçamento estabelecido. Para os autores, a *accountability* fornece as informações necessárias para o cidadão avaliar as práticas de gestão do dinheiro público. Na sua investigação, os autores, estudaram novas formas de prestação de contas via *web* em substituição da forma tradicional de prestação de contas, tais como: responsabilização interativa, responsabilização dinâmica e formas de responsabilidade iniciadas pelo cidadão.

Para Sell, Sampaio, Zonatto & Lavarda (2018), no seu estudo concluíram que quanto maior o nível de *accountability* maior tende a ser os níveis do desempenho socioeconómico e do desempenho económico-financeiro nos municípios brasileiros. Com isto, os autores recomendam o cumprimento da lei referente à divulgação dos documentos de prestação de contas, visto que, a disponibilização de informações relativas à gestão dos dinheiros públicos tende a aumentar o desempenho socioeconómico e o desempenho económico-financeiro.

### **1.3 A Contabilidade nas Autarquias Locais Portuguesas**

#### **1.3.1 A Reforma Financeira do Estado**

Desde os anos 90 do século passado, a contabilidade pública tem vindo a confrontar-se com diversas mudanças no seguimento dos conceitos introduzidos pela NGP, é no contexto destas novas mudanças no sector público que surgem os primeiros sistemas de avaliação de desempenho das organizações públicas (Alves, 2015).

Rocha (2013) refere que em Portugal os sistemas implementados na avaliação da AP não seguiram o ritmo de outros países, só em 2008 se começou a fazer alterações profundas ao modelo existente até então.

A contabilidade pública em Portugal é um aspeto importante do objetivo desta dissertação, dado que importa conhecer as diferentes entidades e organizações que integram o sector público, assim como definir a estrutura em que se integram e quais os poderes administrativos e financeiros atribuídos a cada uma delas.



Segundo Franco (2002), o sector público distingue-se por dois grupos de entidades, tendo como ponto de vista a sua estrutura económico-financeira:

- O Sector Público Administrativo (SPA), constituído pela Administração Central, Segurança Social, Administração Regional e Administração Local;
- O Sector Público Empresarial do Estado (SPE) constituído pelas empresas públicas e pelas empresas públicas municipais, intermunicipais e metropolitanas.

A contabilidade pública em Portugal, desde os anos 90 que tem vindo a confrontar-se com inúmeras reformas, uma das mais importantes, foi a reforma orçamental, aprovada pelo Decreto-Lei nº155/92, de 28 de julho – Regime da Administração Financeira do Estado (RAFE).

O principal objetivo da RAFE é definir as normas legais de desenvolvimento do regime de administração financeira do Estado os quais já haviam sido anteriormente abordados pela lei nº8/90, de 20 de fevereiro, que aprovou a Lei de Bases da Contabilidade Pública e substituiu alguns diplomas fundamentais associados à contabilidade pública portuguesa.

A Lei de Bases da Contabilidade Pública tinha como principal objetivo implementar normas e princípios que os serviços e organismos da Administração Pública têm que fazer cumprir para uma maior normalização e harmonia nas contas do sector público. Como princípios fundamentais desta reforma, no que diz respeito à organização dos serviços, temos serviços e organismos com autonomia administrativa e serviços e organismos com autonomia administrativa e financeira.

Esses dois princípios são:

- **Regime geral** – aplicável aos serviços e organismos com autonomia administrativa, também designados como Serviços Integrados (SI), com um sistema contabilístico unigráfico, utilizando uma contabilidade com base de caixa e contabilidade de compromissos. Estes serviços passam a dispor de autonomia administrativa nos atos de gestão corrente, traduzida na competência dos seus dirigentes para autorizar a realização de despesas e o seu pagamento e para praticar, no mesmo âmbito, atos administrativos definitivos e executórios.

- **Regime excecional** – aplicável aos serviços e organismos com autonomia administrativa e financeira, também designados como Serviços e Fundos Autónomos (SFA), utilizando uma contabilidade de acréscimo e uma contabilidade de compromissos na vertente orçamental. Os SFA só poderão dispor de autonomia administrativa e financeira quando: (i) este regime se justifique para a sua adequada gestão e, (ii) cumulativamente, as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pelo orçamento das Comunidades Europeias.

A contabilidade pública tradicional até ao momento da aprovação do RAFE caracterizava-se quase, e apenas, pelo controlo do orçamento e pelo controlo da legalidade. Com a introdução do movimento de Nova Gestão Pública, como já verificamos anteriormente, as premissas fundamentais deste movimento eram a contabilidade pública como instrumento à tomada de decisão dos gestores públicos e, consequentemente, permitia à gestão a utilização dos critérios de economia, eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos, o que não se verificava na contabilidade pública tradicional. A RAFE foi a maior e mais profunda reforma verificada em todo o sector público português a nível contabilístico.

Apesar da evolução visível na contabilidade pública, esta ainda apresentava grande diversidade, caracterizada por pouca harmonização, o que impactava ao nível da uniformidade e da difícil comparação entre entidades.

Assim, era essencial criar uma estrutura de base que servisse de referência a toda a contabilidade pública. Na sequência da legislação acima mencionada e da necessidade de existir um sistema contabilístico apropriado às necessidades do sector público, e simultaneamente, responder às suas principais lacunas e insuficiências, resultou a aprovação de um novo sistema contabilístico no sector público – o Plano Oficial de Contas Públicas (POCP) através do diploma legal aprovado pelo Decreto-Lei no 232/97, de 03 de setembro, o qual “...constitui um passo fundamental na reforma da administração financeira do Estado e das contas públicas.” (Preâmbulo, nº1, POCP). O POCP veio permitir o acesso a um sistema de contas adequando às necessidades de uma AP moderna.

O principal objetivo do POCP é a criação das condições necessárias para a integração de diferentes aspetos, tais como, a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, numa contabilidade pública moderna, capaz de responder às necessidades da gestão, e constituir

um instrumento fundamental de apoio às entidades públicas e à sua avaliação (Preâmbulo, nº6, POCP).

Este novo plano aplica-se de forma obrigatória a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local, que não confirmam a natureza, forma e designação de empresa pública, bem como à segurança social. Aplica-se igualmente às organizações de direito privado, sem fins lucrativos, cujas receitas sejam provenientes, na sua maioria do Orçamento do Estado (OE).

Com a evolução da contabilidade pública em Portugal, alguns dos principais sectores da AP também começaram a ter dimensões maiores. Pelo que foi necessário, devido às especificidades e necessidades de cada um criar planos de contabilidade sectoriais (Tabela 1) elaborados e adaptados em conformidade com as normas, regras, métodos, conceitos e princípios consignados no POCP.

**Tabela 1** – Planos de Contabilidade sectoriais

<b>Planos de contabilidade sectoriais</b>	<b>Diplomas Legais</b>	<b>Objetivo</b>
Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais ( <b>POCAL</b> ).	Decreto – Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro.	Criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos numa contabilidade pública moderna, que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais.
Plano Oficial de Contabilidade para o sector da Educação ( <b>POC - Educação</b> ).	Portaria 794/2000, de 20 de Setembro.	Criação de condições para a integração dos diferentes aspectos - contabilidade orçamental, patrimonial e analítica - numa contabilidade pública moderna que constitua um instrumento de apoio aos órgãos de decisão e demais utilizadores da informação.
Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde ( <b>POCMS</b> ).	Portaria 898/2000, de 28 de Setembro.	Responder às necessidades da gestão dos respectivos serviços, integrando também todos os instrumentos necessários ao controlo e avaliação da respectiva actividade por parte dos serviços centrais do Ministério da Saúde.
Plano oficial de Contabilidade das Instituições Públicas de Solidariedade e de Segurança Social ( <b>POCISSSS</b> ).	Decreto – Lei nº. 12/2002, de 25 de Janeiro.	Consagrar a integração das contabilidades orçamental, patrimonial e analítica, por forma a dar uma resposta adequada às necessidades de gestão e controlo orçamental, para além de proporcionar um acréscimo de transparência da situação financeira do sistema.

**Fonte:** Elaboração própria de acordo com o Decreto – Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Portaria 794/2000, de 20 de Setembro, a Portaria 898/2000, de 28 de Setembro e o Decreto – Lei nº. 12/2002, de 25 de Janeiro.

Ao analisarmos a Tabela 1, podemos concluir que os quatro planos setoriais implicam a existência dos três sistemas de contabilidade previstos para o POCP, ou seja, orçamental, patrimonial e analítico.

### **1.3.2 O POCAL aplicável aos Municípios Portugueses**

O DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, aprovou o normativo contabilístico público aplicável obrigatoriamente a partir de 1 de janeiro do ano de 2002 às autarquias locais (POCAL) que permite a integração da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos num sistema mais informativo e capaz de apoiar a gestão das autarquias locais (Preâmbulo, POCAL).

O nº1 do artigo 45º da lei nº2/2007, de 15 de janeiro, acrescenta ainda que o regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua “...uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento das respetivas contas anuais”.

Assim sendo, o POCAL tem como tarefas:

- Permitir o controlo financeiro e a informação necessária ao acompanhamento da execução do orçamento numa perspetiva de caixa e compromissos;
- Estabelecer regras e procedimentos para a modificação dos documentos provisionais;
- Atender às exigências do orçamento das despesas e receitas;
- Permitir a utilização racional das dotações orçamentais;
- Fornecer informação para o cálculo dos agregados da Contabilidade Nacional;
- Disponibilizar informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia.

Após a apreciação e aprovação pelo órgão deliberativo, as autarquias locais têm até 30 dias para disponibilizar os seguintes documentos: plano plurianual de investimentos, orçamento, fluxos de caixa, balanço, demonstração de resultados e relatório de gestão (Artigo 4º, POCAL).

### 1.3.3 Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública

Mesmo com a evolução trazida pelo POCP à contabilidade constatou-se que a normalização contabilística em Portugal para o setor público se encontrava desatualizada e fragmentada (David & Abreu, 2016).

O Decreto – Lei n.º 192/2015 refere que ...”a atual estrutura de relato orçamental e financeiro se encontra fragmentada e não tem uma perspetiva estratégica...”, resultando na ausência de demonstrações orçamentais e financeiras consolidadas, sendo que estas representam um instrumento essencial para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada das contas públicas, houve a necessidade de uniformizar procedimentos que se encontram dispersos pelos planos de contabilidade públicos setoriais e aumentar a fiabilidade de informação contabilística consolidada (Introdução, SNC-AP).

Assim, perante a necessidade de se aplicar um sistema contabilístico moderno, que responda às necessidades atuais de informação, segundo o artigo 2º do Decreto-Lei nº 134/2012, de 29 de junho cabe à CNC a tarefa de desenvolver os trabalhos de ordem técnica, de modo a que seja aprovado um único Sistema de Normalização Contabilística Público (SNCP), adaptado às *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) e ao SNC, aplicável ao sector empresarial. O resultado do trabalho desenvolvido pela CNC concretizou-se na publicação do Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública.

Deste modo, o SNC - AP vem resolver a fragmentação e as inconsistências existentes e permitir um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que vêm sendo adotados a nível internacional para o setor público (Introdução, SNC-AP).

O SNC – AP compreende os subsistemas de contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão, e é composto por:

- i) Estrutura concetual de informação financeira pública;
- ii) Normas de contabilidade pública convergentes com as IPSAS;
- iii) Modelos de demonstrações financeiras;
- iv) Plano de contas multidimensional, e;
- v) Uma norma de contabilidade de gestão.

A aplicação deste novo sistema será mais um passo importante para a obtenção de uma informação mais rigorosa e útil que permita aos cidadãos e a outros *stakeholders* avaliar o desempenho das organizações públicas, resultando numa contabilidade pública mais transparente e eficaz.

#### **1.4 A transparência Municipal**

A ascensão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) vai acompanhando as práticas de *accountability*, por via da divulgação de informação, uma vez que estas permitem melhorar os métodos de gestão e serviços prestados pelas organizações públicas, permitindo que os cidadãos exijam cada vez mais uma melhor acessibilidade, transparência e prestação de contas (Teixeira, Silva, & Gonçalves, 2016).

Lord (2012) refere que os países que optaram por uma maior transparência tenderam para uma maior divulgação de informação e partilha da mesma para com a sociedade. Sendo considerado um fator de excelência de *accountability*. Andersen (2009) reforça que as TIC's oferecem uma estratégia parcial de anti-corrupção.

Moon (2003) defende que a tecnologia da informação pode oferecer ferramentas potencialmente úteis para os governos e ajudá-los a adquirir a confiança dos cidadãos, aumentando a transparência, e por via desta, melhorar a eficiência e eficácia na gestão dos recursos públicos. Refere ainda que as tecnologias da informação podem ser um contributo para a participação política dos cidadãos, uma vez que proporcionam uma maior facilidade de acesso à informação.

Apesar da transparência ser um conceito que tem vindo a ser citado como essencial para adquirir a confiança dos cidadãos (Schnackenberg & Tomlinson, 2016), a dificuldade em definir este conceito, assim como a falta de um indicador quantitativo para o quantificar, tem dificultado a análise e desenvolvimento do tema em questão (Williams, 2015).

Para Williams (2015), o conceito de transparência pode significar coisas diferentes para grupos diferentes e pode ser importante por diversas razões, o que permite que o mesmo seja usado em diferentes áreas. Florini (2000) tem uma visão bastante ampla sobre o conceito de transparência, este define transparência como a divulgação de informação por parte das instituições como instrumento essencial para avaliar essas mesmas instituições, sendo estas

públicas ou privadas. De acordo com Welch & Hinnant (2003), a transparência relaciona-se com a dimensão da informação divulgada pelo governo nas suas páginas *web*, sendo importante ter em atenção que quando medimos a transparência com base na *internet* são considerados os diferentes elementos interativos disponibilizados. Verifica-se assim, que a transparência reflete a disponibilidade do governo em colocar informação acessível à sociedade, assim como o tipo de informação que o governo está disposto a divulgar e o nível de atenção dada aos cidadãos. Para Grimmelikhuijsen (2012), defende que a transparência incorpora diversas componentes, tais como, divulgação de informações sobre o funcionamento interno ou o desempenho de uma organização, permitindo aos cidadãos a avaliação do desempenho de cada organização. Para este autor as TIC's são um importante contributo para que a informação possa ser divulgada de forma simples, compreensível e oportuna. Também Sol (2013) defende que a transparência é uma ferramenta necessária para avaliar o desempenho de representantes e funcionários públicos. Referindo que esta é uma componente importante de uma boa gestão governamental e de qualidade organizacional, resultando num crescimento económico e de bem-estar. Apesar das diversas definições de transparência, todas tem como foco principal a acessibilidade da informação.

Para o Índice de Transparência Municipal (ITM), a transparência consiste na divulgação de informação relevante, fidedigna, atempada, inteligível e de fácil acesso acerca do desempenho e gestão dos recursos públicos. Para este, também o uso das TIC contribui para uma maior capacitação dos cidadãos na monitorização e participação na gestão autárquica.

No entanto, é importante salientar que a transparência vai além da disponibilização de informação nos *websites*, pois se os *sites* não estiverem devidamente organizados ou a sua navegação for difícil, a informação aparentemente não estará disponível ao público.

O ITM em Portugal desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das comunidades locais, na formação cívica dos cidadãos e nas perceções públicas sobre a qualidade da democracia. Este índice foi desenvolvido pela Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) e permite ao cidadão de uma determinada localidade aferir o grau de transparência do município onde se insere, sendo essa transparência medida através da análise da informação divulgada pelo município nos seus *websites*. O ITM tem o intuito de criar critérios universais que permitam quantificar o nível de transparência dos municípios, de acordo com a análise da informação divulgada. O principal objetivo da TIAC com a



publicação de um *ranking* de municípios é incentivar as autarquias locais a melhorarem as suas ferramentas de comunicação e interação com a sociedade, tornando assim os governos mais participativos e responsáveis, isto é, mais abertos à sociedade.

O ITM é composto por 76 indicadores que estão organizados em sete dimensões, classificadas de A a G:

- A) Informação sobre Organização, Composição Social e Funcionamento do Município;
- B) Planos e Relatórios;
- C) Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e Regulamentos;
- D) Relação com a sociedade;
- E) Contratação Pública;
- F) Transparência Económico-Financeira;
- G) Transparência na área do Urbanismo.

Os 76 indicadores que compõem o ITM foram selecionados tendo por base a investigação de estudos análogos desenvolvidos noutros países e na experiência profissional de peritos na área do poder local, sendo assim selecionados os indicadores com maior relevância para a transparência municipal. Também foi tido em consideração o critério da universalidade, isto é, só foram selecionados indicadores existentes em todos os municípios, assim como também só foram selecionados indicadores, cujo o processo de implementação fosse unicamente da responsabilidade dos agentes locais, de modo a que estes não se considerem dependentes ou prejudicadas por fatores que lhe são alheios (critério de *ownership*). Para a seleção dos indicadores não foi seguido nenhum critério legal, apesar de diversos indicadores corresponderem a informação que as autarquias locais têm obrigação de divulgar nos seus *websites* de acordo com a legislação aplicável. Os indicadores do ITM têm como foco principal serem de interesse público.

O objetivo principal desta investigação é perceber qual o caminho que o cidadão comum tem de percorrer entre o acesso ao *website* e o acesso à informação económico-financeira que os municípios portugueses disponibilizam.

No entanto, a avaliação da acessibilidade de informação é um dos aspetos que o ITM não mede. Ou seja, o fato de a informação estar disponibilizada no *website* de cada município, este não mede se a informação é de fácil ou difícil acesso. Por vezes, onde a informação seja de difícil acesso, o cidadão comum não tem conhecimentos técnicos quanto à navegação em websites ou se é necessário o recurso a software complementar para a descarga dos documentos, pode ser indicada como não disponível, mesmo que esteja de fato divulgada na sua página *web*. O ITM também não mede a inteligibilidade da informação, isto é, não avalia a capacidade de os cidadãos acederem ou compreenderem a informação divulgada. Alguns dos documentos disponibilizados nos *websites* podem ter qualidade e utilidade reduzidas, no entanto, o índice não tem o intuito de avaliar a qualidade da informação divulgada, sendo que este só verifica se a informação corresponde ao indicador em análise. A TIAC refere que essa avaliação deve ser efetuada pelos munícipes de cada autarquia. Apesar do conceito de transparência estar indicado por vários autores como uma estratégia de anti-corrupção, o ITM não visa a medição dos níveis de corrupção em Portugal.

Para a recolha dos dados os investigadores do ITM visitam o *site* de cada um dos 308 municípios portugueses, a fim de analisar se a informação disponibilizada está de acordo com os 76 indicadores que o constituem, sendo que para cada indicador é assinalado um resultado binário: se a informação está disponível recebe um ponto, caso não esteja recebe zero pontos. Essa mesma informação deve estar acessível através da navegação do *website* municipal.

Apesar de todos os indicadores serem importantes para o interesse público, nem toda a informação tem o mesmo valor e importância, sendo assim o Índice não valoriza as sete dimensões da mesma forma. Pelo que, é atribuído às várias dimensões coeficientes de ponderação distintos, que vão de 0,06 a 0,25.

Quando se encontra finalizando o processo de recolha de dados e a atribuição da pontuação, os resultados são comunicados a cada Câmara Municipal, sendo estes depois convidados, dentro do prazo estipulado a enviar à TIAC as suas propostas de correção aos resultados apresentados. Após terminar o prazo estipulado, os investigadores do ITM verificam as correções enviadas por cada município e só depois é calculado a pontuação final do ranking do ITM em Portugal e divulgado para toda a população, sendo que os municípios são sempre informados quando à publicação do mesmo.

O ITM deve ser interpretado como uma medida que permite aferir o escalão mínimo de transparência ativa de cada município, medindo o volume e tipo de informação disponibilizada de forma ativa pelos seus municípios nos seus sítios *web*. Deste modo, é importante referir que ITM é apenas um patamar mínimo de transparência, não podemos aferir da análise dos seus resultados, que um determinado município é mais transparente que outro. Assim, o ITM deve ser avaliado em conjunto com outros indicadores de gestão governamental, de forma a contribuir para uma melhoria da qualidade dos serviços municipais e da gestão das autarquias locais.

### **1.5 Divulgação da Informação económico-financeira das autarquias locais via web**

Como já vimos anteriormente, a evolução das tecnologias da informação e comunicação veio mudar a forma de divulgação de informação e prestação de contas das organizações públicas e, conseqüentemente a forma como interagem com o público. Atendendo a esta evolução a lei 73/2013, de 03 de setembro, artigo 79º, estabelece que as autarquias locais devem disponibilizar no respetivo *website* os documentos previsionais e de prestação de contas, nomeadamente: a proposta de orçamento apresentada pelo órgão executivo ao órgão deliberativo, os planos de atividades e os relatórios de atividades dos últimos dois anos, os planos plurianuais de investimentos e os orçamentos, os quadros plurianuais de programação orçamental, bem como os relatórios de gestão, os balanços e a demonstração de resultados, inclusivamente os consolidados, os mapas de execução orçamental e os anexos às demonstrações financeiras dos últimos dois anos, os dados relativos à execução anual dos planos plurianuais.

Contudo, apesar da evolução das TIC's no âmbito da divulgação de informação económico-financeira nos *websites* de cada município não significa, que o acesso a essa informação seja uniforme, isto é, nem todos os sítios *web* são de fácil acesso ou estão acessíveis ao cidadão com necessidades especiais.

Face ao contexto descrito, os municípios devem garantir um desenvolvimento e melhoria da Usabilidade e Acessibilidade dos *websites*.

### 1.5.1 Conceito de Usabilidade

A usabilidade é um conceito fundamental para a interação entre pessoas e tecnologias que visa garantir o uso eficaz e eficiente, proporcionando satisfação e facilidade.

De acordo com a *International Standards Organization* (ISO) 9241-100:2010 a usabilidade é definida como uma medida em que um produto pode ser utilizado por utilizadores específicos para atingir objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação num contexto de uso específico (ISO/TR 9241-100, 2010). De acordo com esta norma, tem-se que:

- **Eficácia** – consiste na capacidade de precisão e integridade com que os utilizadores atingem os objetivos específicos;
- **Eficiência** – corresponde aos recursos necessários para os utilizadores interagirem com o sistema para atingirem os objetivos específicos;
- **Satisfação** – o grau de satisfação e conforto dos utilizadores ao utilizar o sistema no contexto de uso para o qual foi definido;
- **Contexto de uso** – compreende os utilizadores, tarefas, equipamentos e o ambiente físico e social em que o produto é utilizado.

Nielsen (2012) define usabilidade como um atributo de qualidade que avalia a facilidade de utilização de uma interface. Este autor define usabilidade através de cinco componentes de qualidade:

- **Aprendizagem** – o sistema deve ser fácil de usar, de maneira a que os utilizadores consigam realizar determinadas tarefas sem perder muito tempo;
- **Eficiência** – o sistema deve eficiente ao ser utilizado, isto é, a partir do momento em que o utilizador aprendeu a usar, mais rápido pode executar os objetivos pretendidos e, consequentemente uma maior produtividade;
- **Facilidade de memorização** – facilidade com que os utilizadores voltam a usar uma determinada interface com êxito após um período de ausência;
- **Erros** – o sistema mede quantos erros os utilizadores fazem, a gravidade desses erros e a facilidade com que os utilizadores os resolvem;

- **Satisfação** – nível de satisfação de usar a interface.

O autor afirma ainda que usabilidade e utilidade são dois conceitos que se completam e determinam se um sistema é útil, uma vez que não importa se um sistema for fácil de usar mas não for o que o utilizador procura, tal como, o sistema pode fazer o que o utilizador deseja mas ser difícil de usar.

### 1.5.2 Ferramentas para avaliação da usabilidade

A avaliação de usabilidade e acessibilidade *Web* é um processo que verifica se as aplicações são de fácil acesso e se as pessoas com necessidades especiais podem de forma satisfatória ter acesso a elas. Assim, a avaliação tem como objetivo principal indicar o quanto acessível e fácil de usar é um *website* e apontar os principais problemas para futuras correções. As ferramentas de avaliação automáticas para avaliação da usabilidade e acessibilidade Web foram criadas para ajudar os criadores de *websites* a interpretarem e aplicarem com mais facilidade as regras de usabilidade e acessibilidade (WAI).

Contudo, as ferramentas automáticas não são suficientes para avaliar a interface de um site, os especialistas aconselham a usar também testes manuais.

Para Silva (2012), um *website* está bem estruturado se responder às exigências de cada utilizador. Assim, compreender quais são essas exigências é um processo fundamental na criação ou reestruturação de um sítio *web*. Este autor, refere quatro tipos de testes realizados no momento da criação de um *website*, nomeadamente: teste de exploração, teste de avaliação, teste de validação e teste de comparação. O primeiro é realizado no início da construção do site e tem como principal objetivo perceber se o utilizador interage com o *design* do site. O segundo teste é o mais usual e é realizado no início ou a meio da construção do site, após o *design* do site estar concluído. O objetivo deste teste é analisar se o utilizador consegue facilmente encontrar o que pretende no *website*, com isto, os criadores conseguem encontrar os principais erros do site e corrigem-nos. O terceiro teste ajuda os criadores a analisarem mais facilmente as regras de usabilidade. Por último, o teste de comparação é realizado com o objetivo se o site está de acordo com o projeto inicialmente estipulado ou em que medida será uma mais valia em termos de concorrência. É importante salientar, que estes testes devem ser realizados a diferentes tipos de utilizadores, isto é, tendo em atenção

idade, nacionalidade, escolaridade. Outra forma de avaliar a usabilidade de um site, envolvendo profissionais de usabilidade e utilizadores é através de observação direta, entrevistas ou inquéritos (Afonso, Angélico, Cota e Lima, 2014).

A avaliação heurística, desenvolvida por Nielsen (1990) é um método tradicional de avaliação da usabilidade que compreende a interação entre avaliadores e *interface* e considera a sua adequação e qualidade comparando-as com um grupo de princípios de usabilidade predefinidos, as heurísticas. Este autor, refere então um conjunto de dez recomendações heurísticas que servem como guia durante a avaliação, nomeadamente:

- **Visibilidade do estado do sistema** – o utilizador deve ser informado do que está a acontecer.
- **Correspondência entre o sistema e a realidade** – esta heurística, compreende que a terminologia da *interface* deve ser baseada na linguagem do utilizador e não orientada ao sistema.
- **Liberdade e controlo do utilizador** – o utilizador deve ter a liberdade para ignorar, avançar e voltar.
- **Consistência de padrões** – Preservar os padrões já conhecido pelo utilizador, tais como botões em X para fechar.
- **Prevenção de erros** – Ações drásticas como “apagar” e “sair” devem ser confirmadas antes de serem realizadas, prevenindo assim erros.
- **Reconhecimento *versus* memorização** – o utilizador não tem obrigação de lembrar o caminho que percorreu num site.
- **Flexibilidade** – o utilizador deve ter o poder de escolher o melhor ajuste para utilizar a *interface*.
- **Estética e minimalismo** – Evitar colocar muita informação junta. Ocultar parte da informação e permitir que o utilizador a visualize apenas quando quiser.
- **Reconhecimento de erros** – as mensagens de erro devem seguir algumas regras: linguagem clara e sem códigos, de maneira a que o utilizador consiga resolver o problema.
- **Ajuda e documentação** – melhor do que uma *interface* fácil de usar é uma *interface* que não necessita de ajuda ou documentação. No entanto, se necessário, esta ajuda deve estar facilmente acessível via *web*.

A usabilidade de uma *interface* é essencial para a aceitação do mesmo por parte do utilizador. Neste sentido, a realização de testes de usabilidade é fundamental na medida de contribuírem para evitarem futuras alterações. Concluímos, que a utilização de testes de usabilidade na criação de um *website* não só é útil como imprescindível.

## **1.6 Trabalhos relacionados: Índices utilizados para medirem o nível de divulgação económico-financeira via Web**

Na literatura internacional existem já vários estudos empíricos sobre a divulgação da informação financeira na *Internet* pelas entidades públicas, e mais especificamente sobre os fatores ou determinantes que podem influenciar o nível de divulgação.

Laswad, Fisher & Oyelere (2005) realizaram uma análise da divulgação de informação financeira voluntária nos websites do sector público na Nova Zelândia, em particular nas autarquias locais. Na sua análise, verificaram que apenas 61 das 86 autarquias locais possuíam *website*. Apesar de as autarquias utilizarem os sítios Web para fornecer informação, apenas cerca de 50% das autarquias locais divulgavam informação financeira via Web. Nos websites que apresentavam informação financeira os autores verificaram o tipo de informação que era fornecida: apenas destaques financeiros, apenas relatórios anuais, apenas plano anual ou planos e relatórios financeiros anuais.

O estudo de Caba, López & Rodríguez (2005), teve como objetivo verificar de que forma as entidades da administração central dos países da União Europeia utilizam as tecnologias da informação para disponibilizarem informação financeira nos seus *websites*. Os autores propõem ainda um modelo de divulgação eletrónica que tem como objetivo facilitar o acesso dos cidadãos à informação financeira. No entanto, é necessário ter em consideração o conteúdo da informação, o cumprimento de certas características qualitativas e o *design* e navegabilidade dos *websites*, de modo que a informação financeira seja acessível a todos os utilizadores. Os autores referem que os cidadãos não estão apenas interessados em aceder à informação orçamental, mas também à informação financeira do setor público. Deste modo, os cidadãos vão sendo cada vez mais exigentes e procuram saber onde o dinheiro público é aplicado. Assim, os indicadores de gestão são um instrumento fundamental para a avaliação da gestão governamental, de modo a que os cidadãos verifiquem a eficiência, a eficácia e a economia do setor público. Nesse sentido, há uma necessidade de destacar três tipos de

informação a ser fornecida: (i) informação orçamental e fluxo de caixa; (ii) informação financeira; (iii) indicadores de gestão dos serviços prestados. Relativamente ao cumprimento de certas características qualitativas, os autores defendem que os relatórios financeiros divulgados via *web* devem ser completos, atuais, compreensíveis, comparáveis, relevantes e confiáveis. Quanto ao *design* e navegabilidade os autores salientam a necessidade de se criar *websites* que facilitem o acesso à informação financeira disponível.

Os resultados do estudo revelaram que o índice de divulgação de Portugal se situa nos 64%, tomando a posição 1 na avaliação geral dos 15 países analisados. Caba *et al.* (2005) concluíram que os governos da União Europeia ainda não utilizam a Internet como um meio de melhorar a transparência da informação financeira e a prestação de contas aos cidadãos.

No âmbito da disponibilidade e acessibilidade *web*, Styles & Tennyson (2007), desenvolveram um estudo em que analisaram 300 municípios dos EUA com tamanhos variáveis. O objetivo dos autores era compreender em que medida os cidadãos tiveram acesso aos relatórios financeiros, e assim, identificar as variáveis associadas à prática de divulgação de informação via Internet. Desta forma, os autores exploraram dois aspetos importantes na divulgação de informação: se o relatório estava disponível no *website* de cada município e qual o número de passos necessários para o localizar. Os autores defendem que um grande número de governos locais dos EUA não aproveita as potenciais competências comunicativas das TIC para promover uma melhor *accountability* na gestão pública. Os resultados do estudo indicam que a prestação de contas é mais proeminente nos governos locais com maior dimensão, maior rendimento *per capita* e maiores níveis de divulgação contabilística. Styles & Tennyson (2007), também afirmam que a acessibilidade da informação financeira divulgada via *web* está positivamente relacionada com o tamanho do governo local, com o nível de rendimento de cada família, com o nível de endividamento e com a situação financeira.

Com o objetivo de avaliar a extensão da informação financeira divulgada na Internet e determinar quais os fatores que afetam os níveis observados na divulgação de informação dos *websites*, Archidona & Gandía (2008), utilizaram para a sua análise os sítios *web* dos municípios espanhóis. Nesse sentido, testaram a influência da competição política, da riqueza e da dívida do governo local, da visibilidade na imprensa, do acesso à tecnologia e do nível de educação dos cidadãos na prática IFR no setor público. Para avaliar a qualidade



dos *websites* os autores tiveram como ponto de referência as disposições do *Web Quality Model* (WQM) e a importância do conteúdo como variável-chave para a determinação da qualidade do sítio Web. O modelo WQM distingue três dimensões relacionadas com recursos web, processos de ciclo de vida e características de qualidade. Para a análise dos *websites* os autores focaram na primeira dimensão, pois defendem que inclui três características fundamentais da Web: conteúdo, apresentação e navegação. Considerando que o conteúdo é uma parte fundamental na análise de qualquer sítio web, pois a maioria dos utilizadores considera o conteúdo como o único critério para a avaliação de um *website*. Para esta análise os autores elaboraram um índice de divulgação, para quantificar a informação divulgada pelos municípios espanhóis nos seus *websites*. O índice é constituído por 88 itens agrupados em cinco secções, o que permitiu contruir cinco índices parciais (informações gerais, informações orçamentais, informações financeiras, navegação e apresentação e o índice relacional). O resultado do estudo revela níveis baixos de divulgação de informação nos sítios Web dos governos locais analisados. Além disso, pode-se verificar que os níveis de divulgação de informação dependem da competição política, notoriedade do município, do acesso à tecnologia e do nível de educação da população.

García & García-García (2010) analisaram as características de 334 municípios espanhóis com mais de 20.000 habitantes que influenciam o grau de divulgação da informação financeira através da Web. Tendo como fundamento a teoria da agência, os autores, analisaram a influência de fatores como tamanho, nível de endividamento, nível de investimento, competição política e notoriedade do município na divulgação de informação financeira voluntária nos seus *websites*, utilizando um modelo estatístico de regressão multivariada. Após a análise dos resultados, os autores concluíram que as variáveis: tamanho, nível de investimento de capital e competição política estão positivamente associados com a extensão da prática de divulgação de informação financeira voluntária via Internet. Também chegaram à conclusão de que existiam uma relação negativa e significativa entre a notoriedade do município e o nível de divulgação. Através de uma análise descritiva aos dados, os autores, verificaram que apenas um número limitado de municípios divulgam de forma voluntária as suas demonstrações financeiras via Internet, sendo que o nível de distribuição varia de 0 a 14 na amostra, a sua média é de 2,5, com um desvio-padrão de 2,86. Estes resultados apontam para a existência de um grande número de entidades (36,8%) que não divulga qualquer informação financeira através do seu sítio web.

Pina, Torres, & Royo (2010) desenvolveram um estudo em que procuraram avaliar em que medida o *e-government* permite a *accountability* e transparência dos municípios, dando a conhecer uma visão geral de como os municípios estão a implementar as TIC's de forma a aproximar os cidadãos. Para o estudo, os autores, analisaram os sites de 75 municípios da União Europeia (UE), concentrando-se em dois grupos. O primeiro grupo contém um conjunto de itens relacionados com a prática de prestação de contas divulgados via *Internet*, considerando-os fundamentais para avaliar a *accountability* e transparência em *websites*. Os itens do segundo grupo são classificados em quatro dimensões: transparência, interatividade, usabilidade e maturidade dos sítios *web*. Assim, os autores classificaram os itens com 1 se a informação estivesse disponível no sítio *web* e 0 caso contrário. Ao analisar os *websites* de cada município, os autores, concluíram que todos estavam envolvidos em iniciativas do *e-government*, embora com diferentes desenvolvimentos. Embora a *accountability* seja uma das componentes mais importantes da prestação de contas, os resultados mostram que ainda são necessárias melhorias. Relativamente ao segundo grupo, os resultados mostram que a interatividade apresenta algum grau de desenvolvimento, assim como nos itens que melhoram a acessibilidade *web* permitindo aos sites promover a inclusão social. No entanto, quanto à maturidade do site os resultados são bastante baixos.

## **CAPÍTULO II – PROBLEMA, QUESTÕES, OBJETIVOS E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

---

Neste capítulo apresentam-se as opções metodológicas seguidas na realização do estudo empírico, ou seja, apresenta-se o caminho percorrido por forma a atingir os objetivos definidos. Nesse sentido, em primeiro lugar são fundamentadas as questões de investigação. Em seguida, apresenta-se a metodologia de investigação, os métodos e técnicas utilizados na recolha e análise de dados.

## **2 Problema, Questão de Investigação e Objetivos**

A Contabilidade, enquanto sistema de informação, tem sido bastante influenciada pelo desenvolvimento das TIC. Essa influência manifesta-se particularmente nas práticas de recolha e tratamento da informação e nas práticas de divulgação de informação e prestação de contas. Em contextos políticos como o Português, em que a NGP ditou as reformas mais recentes da Administração Pública, as organizações públicas foram pressionadas a adotar uma cultura de transparência, divulgando mais e melhor informação económico-financeira e de um modo mais eficaz. Neste contexto, os municípios portugueses aumentaram substancialmente a informação divulgada por meio digital, em especial através das páginas de internet. Contudo, a disponibilização da informação através das páginas de internet não significa, necessariamente, que essa informação seja de fácil acesso para o cidadão comum. Há inúmeros fatores, objetivos e subjetivos, que interferem na qualidade da comunicação que se estabelece através de uma página de internet entre a organização e os seus *stakeholders*.

Este trabalho procura identificar esses fatores e avaliar as práticas dos municípios portugueses em termos de divulgação de informação económico-financeira através das suas páginas de internet.

O objetivo geral é avaliar as práticas dos municípios portugueses em termos de divulgação da informação económico-financeira através das suas páginas de internet. Para complementar este objetivo, elaboramos um conjunto de questões de investigação que enumeramos de seguida:

**Q1.** A informação financeira dos municípios portugueses é divulgada e está acessível ao público em geral, através da publicação nos seus *websites*?

**Q2.** Os municípios têm a preocupação de divulgar informação facultativa relevante para os cidadãos e considerada importante do ponto de vista da *accountability*?

**Q3.** Como se caracterizam os *websites* dos municípios portugueses quanto à usabilidade?

## **2.1 Metodologia de Investigação**

A seleção da metodologia de investigação a aplicar em qualquer estudo depende sempre do fenómeno a estudar (Ryan, Scapens, & Theobald, 2002). A questão de investigação obriga à combinação de diferentes metodologias e ao recurso a diferentes métricas na análise das variáveis em estudo.

O presente estudo é descritivo e exploratório e combina um conjunto diversificado de dados e procedimentos metodológicos. A amostra é constituída por 93 *websites* dos municípios da NUT III.

### **2.1.1 Método qualitativo e quantitativo**

O método qualitativo privilegia, fundamentalmente, a compreensão dos problemas a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. Neste contexto, este método permite descrever um fenómeno em profundidade através da compreensão de significados e dos estados subjetivos dos sujeitos pois, neste tipo de investigação, há sempre uma tentativa de compreender as perspetivas dos indivíduos sobre determinado assunto. Assim, o objetivo principal da abordagem qualitativa é o de compreender de uma forma global as situações, as experiências e os significados das ações e das perceções dos sujeitos através da sua compreensão e descrição. Sendo que, numa investigação qualitativa a teoria surge a partir da recolha, análise, descrição e interpretação dos dados (Bogdan & Biklen, 1994).

Para Vieira, Major & Robalo (2009), a investigação qualitativa tem por base técnicas que possibilitam entender e explicar os fenómenos sociais, atendendo a um contexto organizacional e social mais alargado.

Deste modo, a principal vantagem da metodologia qualitativa é a possibilidade de permitir acesso à complexidade e diversidade da realidade em estudo, o que lhe confere rigor e realidade interna. No entanto, a metodologia qualitativa, apresenta como principal limitação a falta de objetividade e o facto de trabalhar com pequenas amostras, derivado da

necessidade de contextualização e da natureza dos instrumentos de recolha e análise de dados utilizados (Serapioni, 2000).

O método quantitativo é um método que prevê a elaboração de um plano de investigação onde são definidos os procedimentos e as finalidades da investigação (Carmo & Ferreira, 1998). O objetivo deste método é comprovar hipóteses, encontrar relações entre variáveis e realizar descrições com base nos elementos estatísticos obtidos (Bogdan & Biklen, 1994).

Assim, a metodologia quantitativa apresenta como principal vantagem a possibilidade de originar um conhecimento geral, ou seja, irá apresentar uma elevada validade externa que permite que o conhecimento seja útil e importante na maior parte das situações. Por outro lado, uma crítica frequentemente ligada à metodologia quantitativa é a carência de validade interna, ou seja, a incerteza quanto àquilo que é medido (Serrano, 2004).

Neste contexto e, para responder ao objetivo principal deste estudo, a metodologia a ser implementada tem uma abordagem qualitativa e quantitativa, para adquirir um conhecimento mais profundo sobre a divulgação por meio digital de informação económico-financeira e, se essa informação é de fácil acesso para o cidadão comum.

### **2.1.2 Investigação descritiva e exploratória**

Este estudo pode ser classificado como descritivo ou exploratório. A investigação descritiva caracteriza-se por descrever, essencialmente, as características de determinada situação, tendo como principal objetivo fornecer elementos sobre os acontecimentos. Por outro lado, a investigação exploratória procura determinar a falsidade ou a veracidade de uma teoria e de que forma esta pode ser modificada ou difundida (Yin, 1994). Neste sentido, esta abordagem possibilitou-nos descrever e explorar o fenómeno que pretendíamos estudar de forma a responder ao objetivo principal do nosso estudo, bem como responder às questões de investigação propostas.

## **2.2 Método e técnicas de recolha de dados**

### **2.2.1 Análise Documental**

A análise documental constitui uma técnica importante na investigação qualitativa (Sousa & Baptista, 2011) e necessária em qualquer tipo de investigação, nomeadamente na contabilidade (Pardal & Correia, 1995; Vieira & Major, 2009). Existe uma variedade de fontes documentais, que podem ser físicas ou eletrónicas, através das quais se pode obter informação, cabendo ao investigador escolher aquela que melhor se adequa ao objetivo da sua investigação. Neste âmbito, a utilização de textos e documentos apresenta-se como um método valioso na abordagem dos dados qualitativos, mostrando-se uma fonte bastante rica de informação (Vieira *et al.*, 2009).

### **2.2.2 Análise de conteúdo**

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações com o objetivo de obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de entrevistas, inquéritos e indicadores (quantitativos ou não) que permitam retirar conclusões relativas ao tema em análise. Esta metodologia pode ser usada para complementar a informação obtida por outros métodos ou então como método central ou exclusivo, sendo que desta forma, os documentos são o alvo de estudo por si próprios (Bell, 1993).

### **2.2.3 Entrevista**

Segundo Quivy & Campenhoudt (1998), a entrevista é um instrumento privilegiado de recolha de informação pois permite recolher uma enorme quantidade e variedade de informação que de outra forma seria impossível recolher. A entrevista é um dos métodos mais frequentes utilizados numa investigação qualitativa. Nesse sentido, este método permitiu-nos obter opiniões e perspetivas relevantes no âmbito do tema em estudo e recolher informação de apoio ao desenvolvimento da pesquisa quantitativa.

## 2.3 Recolha de Dados

A nossa escolha para a realização do estudo empírico recaiu sobre as autarquias locais, baseando-se no facto de que com as reformas mais recentes da AP, as organizações públicas foram pressionadas a adotar uma cultura de maior transparência e accountability, o que se refletiu no nível de divulgação de informação disponibilizada no *website* de cada município.

Tendo definido o objeto do nosso estudo determinamos quais seriam as fontes de informação que nos permitiriam recolher os dados necessários para prosseguirmos com a nossa investigação.

Na fase de pesquisa exploratória procurou-se aumentar o conhecimento sobre as práticas de prestação de contas via *web* através da análise documental e entrevista.

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas à responsável pela Divisão de Finanças e Recursos Humanos da Câmara Municipal de Valongo e a 50 habitantes nas freguesias de Ermesinde e Valongo.

Para a entrevista realizada à Técnica do município de Valongo foram definidas um conjunto de perguntas estruturadas (Apêndice III), com o objetivo de conhecer a estrutura atual do *website* do município, identificar os documentos obrigatórios e não obrigatórios divulgados no site da câmara, informação relevante disponibilizada e a terminologia mais usada na procura de informação económico-financeira.

A entrevista teve uma duração superior a uma hora e ocorreu no dia 22 de Julho de 2019, o registo de informação foi feito via áudio e por transcrição escrita.

Aos 50 habitantes do concelho de Valongo, foi observada a forma como o cidadão comum (com diferentes faixas etárias e nível de escolaridade), fazia a pesquisa no *website* do município de Valongo se pretendesse saber informação de carácter financeiro, o seu tempo de pesquisa e qual a terminologia usada ao procurar no motor de busca do *website*. O objetivo principal desta observação é perceber se o *website* do município é de fácil uso para o cidadão comum e qual a terminologia usada na procura de informação. As entrevistas foram realizadas em dois dias diferentes, no dia 22 de Julho de 2019 (segunda-feira) e no dia 27 de Julho de 2019 (sábado), por três investigadores em diferentes locais (cafés, lojas comerciais, espaços públicos).



A recolha de documentos ocorreu antes da entrevista e serviu de apoio à construção do guião da entrevista. Nomeadamente, informação recolhida a partir de estudos elaborados anteriormente contendo informação sobre a divulgação financeira via web pelas autarquias locais.

Após a recolha de dados, desenvolveu-se uma matriz de análise de *websites* que integra os documentos relativos à informação económico-financeira de divulgação obrigatória, os itens relativos ao ITM e os itens relativos à avaliação da usabilidade com base em ferramentas automáticas para avaliação de usabilidade.

Para o desenvolvimento da matriz de análise tivemos por base a legislação aplicável às autarquias locais (POCAL e Regime Financeiro das Autarquias Locais – Lei nº 73/2013), o Índice de Transparência Municipal e um conjunto de itens facultativos que consideramos importantes para manter o cidadão informado. Dividimos a grelha de análise em quatro grupos. O grupo A é constituído pelos itens de informação financeira obrigatórios pela legislação aplicável às autarquias locais ((POCAL- artigo 4º e Regime Financeiro Autarquias Locais - Lei n.º 73/2013 de 03/09 - Artigo 79º). O grupo B contém os itens considerados na dimensão F – Transparência Económico- Financeira do ITM. No grupo C estão os itens em comum do Grupo A e B. O grupo D é constituído por itens facultativos que consideramos relevantes para manter o cidadão informado sobre o seu município.

Relativamente aos itens da usabilidade foi utilizada uma ferramenta automática para avaliação dos mesmos, para cada *website*.

Desde o aparecimento das heurísticas de avaliação da usabilidade (Nielsen, 1994), houve várias tentativas de desenvolver avaliadores automáticos que tornassem a análise dos Sites mais eficiente e menos trabalhosa.

Tal como as diretrizes têm sido amplamente utilizadas, também os avaliadores automáticos tem sido. Têm melhorado a eficácia na deteção de erros, mas também a sintaxe HTML e de folhas de estilo CSS.

Tendo em conta as restrições existentes, a saber:

- Não tínhamos acesso ao *backoffice* do site das câmaras municipais. O *backoffice* é considerado o núcleo de sistema, que não é visto pelo utilizador final. O *backoffice* possui tarefas específicas, coordena e gere atividades de um sistema, *website*.

- Apenas tínhamos acesso ao URL dos sites das câmaras municipais.
- Apenas usariamos ferramentas se as mesmas fossem gratuitas.

Fizemos uma pesquisa no Google para identificar as ferramentas disponíveis. Surgiram várias, nomeadamente: *Out-experiment*, *Outperform*, *Qualaroo*, *Crazy Egg*, *ClickHeat*, *Usabilla*, *Five Second Test*, *ClickTale*, *Feedback Army*, *TryMyUI*, *Crispy*, *Feng-GUI*, *Loop 11*, *Woorank*. *PageSpeed Insights*.

Após a verificação dos requisitos de cada uma das ferramentas verificamos que a maior parte delas exige acesso ao *backoffice* do *website*. Das restantes, a que maior informação nos fornecia sobre a usabilidade do site era a *woorank*. Optamos, assim, pelo uso dessa ferramenta.

Contudo, estes avaliadores automáticos não são suficientes para avaliar a interface de um site, os especialistas aconselham a usar também testes manuais.

### 2.3.1 Identificação dos municípios

Tendo em conta o objetivo do nosso estudo, procedeu-se à seleção dos municípios a analisar utilizando a divisão do Eurostat, em 2015, que dividiu Portugal em 3 níveis (NUTS I, NUTS II, NUTS III), definidos de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos. Para a amostra do nosso estudo, analisamos um terço dos municípios das regiões de Portugal Continental da NUT III. Tendo como referência a taxa de indivíduos que concluíram o ensino secundário, segundo os censos de 2011, decidimos analisar os municípios de maior e menor escolaridade. No caso de o nº de municípios a analisar ser ímpar optamos por analisar mais um município de maior escolaridade (exemplo Região Alto Minho (NUT III): Nº de municípios a analisar 3. Seleccionamos Caminha e Viana do Castelo com taxas de escolaridade no secundário de 15,6 e 15,4 respetivamente, e Arcos de Valdevez com taxa de 10,1).

A NUT III é composta por 278 municípios divididos por 23 regiões de Portugal Continental, 19 municípios da região Autónoma dos Açores e 11 da região Autónoma da Madeira.

Assim, a nossa amostra resultou em 93 *websites* dos municípios pertencentes à NUT III de Portugal Continental, dos quais: Caminha, Viana do Castelo e Arcos de Valdevez ( Região Alto Minho); Braga e Terras de Bouro (Região Cávado); Vila Nova de Famalicão,

Guimarães e Mondim de Basto ( Região Ave); Maia, Valongo, Matosinhos, Santo Tirso, Paredes e Arouca (Área Metropolitana do Porto); Chaves e Ribeira de Pena (Região Alto Tâmega); Penafiel, Amarante, Baião e Cinfães (Região Tâmega e Sousa); Vila Real, Lamego, Peso da Régua, São João da Pesqueira, Carrazeda de Ansiães e Freixo de Espada à Cinta (Região do Douro); Bragança, Mirandela e Vimioso (Região Terras de Trás-os-Montes); Arruda dos Vinhos, Alenquer, Bombarral e Peniche (Região Oeste); Abeiro, Ovar, Estarreja e Murtosa (Região de Aveiro); Condeixa-a-Nova, Coimbra, Lousã, Penacova, Góis e Pampilhosa da Serra ( Região de Coimbra); Marinha Grande, Leiria e Castanheira de Pêra (Região de Leiria); Viseu, Nelas, Oliveira de Frades, Castro Daire e Penalva do Castelo (Região Viseu Dão Lafões); Castelo Branco e Oleiros (Região da Beira Baixa); Entroncamento, Vila Nova da Barquinha, Vila de Rei e Mação (Região do Médio Tejo); Guarda, Covilhã, Belmonte, Figueira de Castelo Rodrigo e Mêda (Região das Beiras e Serra da Estrela); Sintra, Cascais, Vila Franca de Xira, Loures, Moita e Lisboa (Área Metropolitana de Lisboa); Sines e Alcácer do Sal (Região do Alentejo Litoral); Barrancos, Beja, Almodôvar e Mértola (Região do Baixo Alentejo); Benavente, Cartaxo, Coruche e Chamusca (Região Lezíria do Tejo); Elvas, Campo Maior, Portalegre, Crato e Gavião (Região do Alto Alentejo); Évora, Estremoz, Mora e Alandroal (Região do Alentejo Central); Albufeira, Lagos, Faro, Castro Marim e Alcoutim ( Região do Algarve).

### **2.3.2 Análise sistemática dos *websites* dos municípios, identificando os itens de informação selecionados**

Tendo sido identificados os municípios com *website* e definida a nossa amostra, procedemos à análise manual dos sítios *web*, com o objetivo de verificar se estes preenchiam todos os itens definidos na matriz de avaliação da informação divulgada nos *websites*.

A análise iniciou-se abrindo a página principal do *website* de cada município, de seguida percorreu-se os menus e submenus que melhor sugeriam a existência de informação relativa ao documento definido na grelha de análise. Quando o mesmo não era encontrado na pesquisa manual, efetuávamos a nossa pesquisa através do motor de busca do *website*, usado a terminologia que melhor caracterizava a informação pretendida.

Após a observação direta dos *websites*, tal como anteriormente descrito, foi criada uma base de dados onde foi registada a presença ou a ausência dos itens de informação relevante (Apêndice I).

Verificou-se que à data de pesquisa, 2 de setembro de 2019, que os *websites* da câmara de Benavente, Coruche e Chamusca davam erro ao abrir pelo que não foram considerados para a nossa amostra.

Em seguida analisámos os relatórios fornecidos pela ferramenta automática utilizada para avaliar as características de usabilidade dos *websites* e criámos uma base de dados onde foram registados os dados retirados da análise dos mesmos (Apêndice II). Ao utilizarmos a ferramenta automática *Woorank* verificamos que a mesma não conseguiu ler o *website* da Câmara Municipal de Vila de Rei e Elvas.

### **CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

---

Com base nos dados recolhidos apresenta-se em seguida as respostas às questões de investigação e os resultados obtidos.

**Q1.** A informação financeira dos municípios portugueses é divulgada e está acessível ao público em geral, através da publicação nos seus *websites*?

Esta questão compreende a análise da presença dos itens de carácter obrigatório divulgados nos *websites* dos municípios portugueses, conforme explicitado na matriz de avaliação.

O estudo dos *websites* das autarquias locais iniciou-se com a verificação do cumprimento do art. 4º do POCAL e do Regime Financeiro Autarquias Locais - Lei n.º 73/2013 de 03/09 – art. 79º, onde existe a obrigatoriedade de apresentar os seguintes documentos financeiros: Valores em vigor relativos às taxas de IMI e derrama, a percentagem da participação variável do IRS, montante total das dívidas desagregadas por rubricas, planos de atividade e relatório de atividades, anexos às demonstrações financeiras, orçamento, plano plurianual de investimentos/execução do PPI, fluxos de caixa, balanço, demonstração de resultados, mapas de execução orçamental e relatório de gestão.

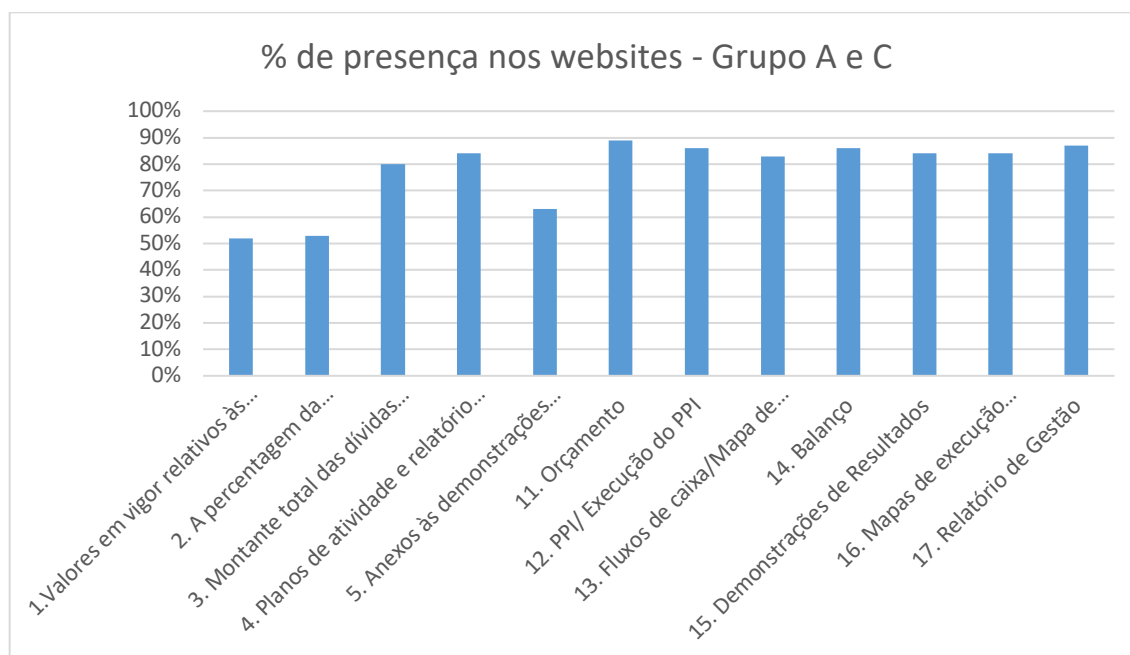
Em seguida analisamos os itens obrigatórios relativos à dimensão F - Transparência Económico-Financeira do ITM.

A análise foi efetuada evidenciado a percentagem do cumprimento dos itens obrigatórios dos 90 *websites* verificados.

O gráfico 1 apresenta para o ano 2018, a percentagem de presença dos itens obrigatórios em conformidade com o art.4º do POCAL e do art. 79º da Lei n.º 73/2013 de 03/09.

O gráfico 2 apresenta para o mesmo ano, a percentagem de presença dos itens relativos à dimensão F do ITM.

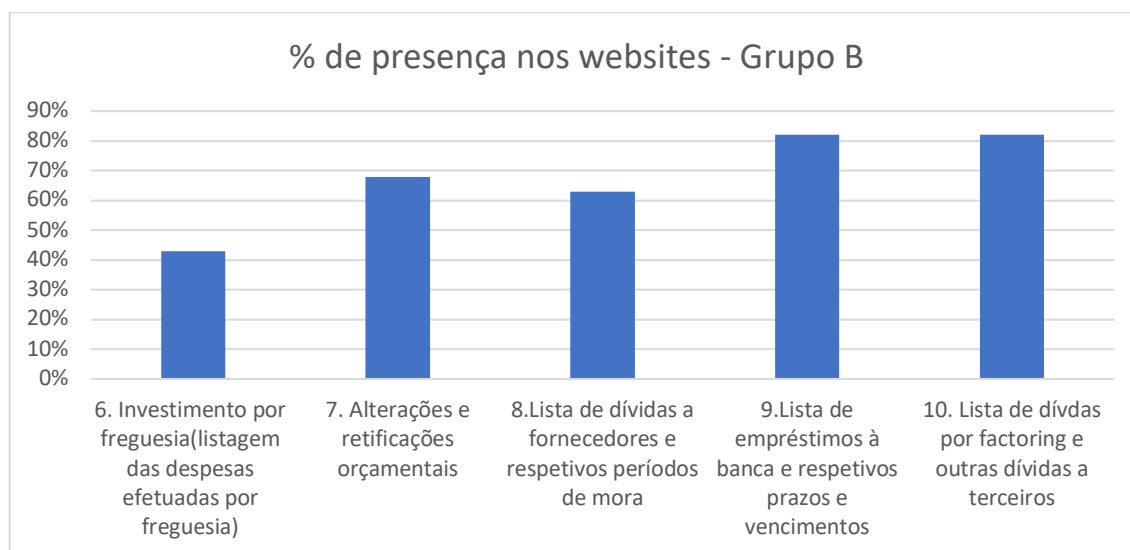
**Gráfico 1** - % de itens obrigatórios por lei presentes nos *websites*



**Fonte:** Dados à data de 2 de setembro de 2019. Elaboração Própria.

Analisando o gráfico 1, conclui-se que os itens com as percentagens mais baixas são: os valores relativos às taxas de IMI e derrama (52%), a percentagem da participação variável do IRS (53%) e o anexo às demonstrações financeiras (63%). Apesar da obrigatoriedade da divulgação destes documentos, para o ano de 2018 estes valores foram muito baixos. Para os restantes itens a percentagem variou entre 80% e 89% o que já são valores mais animadores face à obrigatoriedade de divulgação desta informação.

**Gráfico 2** - % de itens do grupo B presentes nos *websites*



**Fonte:** Dados à data de 2 de setembro de 2019. Elaboração Própria.

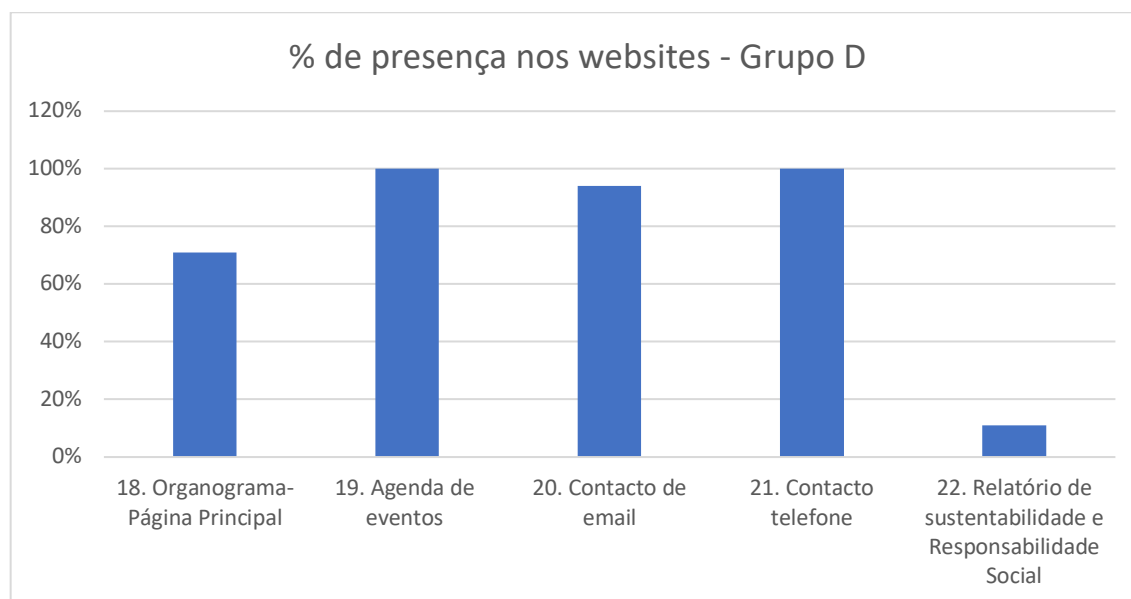
Analisando o gráfico 2, verificamos que o item “Investimento por freguesia” é apenas divulgado por apenas 43% das autarquias locais, sendo que a “Lista de empréstimos à banca e respectivos prazos e vencimentos” e a Lista de dívidas por *factoring* e outras dívidas a terceiros” são os que apresentam um valor mais elevado de 82%.

**Q2.** Os municípios têm a preocupação de divulgar informação facultativa relevante para os cidadãos e considerada importante do ponto de vista da *accountability*?

Esta questão compreende a análise dos itens que o cidadão comum mais procura num *website* para se manter atualizado sobre o que se passa no seu município, esclarecimento ou eventos realizados.



**Gráfico 3** - % de itens facultativos presentes nos *websites*



**Fonte:** Dados à data de 2 de setembro de 2019. Elaboração Própria.

Como se pode verificar é de salientar o baixo grau de divulgação do item “Relatório de sustentabilidade e Responsabilidade Social” em contraste com os restantes itens que apresentam valores elevados de divulgação entre 71% e 100%.

**Q3.** Como se caracterizam os *websites* dos municípios portugueses quanto à usabilidade?

Como já definimos anteriormente a usabilidade é tida como uma medida em que um produto pode ser utilizado por utilizadores específicos para atingir objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação num contexto de uso específico

Para responder a esta questão foi utilizada a ferramenta automática *woorank*, por ser uma ferramenta gratuita e de fácil uso, onde a análise do site quanto à usabilidade era feita através da URL do mesmo. Esta ferramenta permitiu verificar alguns indicadores de utilização dos sites que contemplam algumas diretrizes de usabilidade, nomeadamente:

- **Título e tamanho do URL** – devem ser curtos e descritivos para um melhor reconhecimento dos motores de busca. Os utilizadores devem ser capazes de olhar para a barra de endereço e ter uma ideia clara do conteúdo do *website*.

- **Favicon** – ícone que aparece normalmente ao lado do URL do site e que caracteriza o *website*.
- **Custom 404 page** – as páginas de erro são exibidas quando a página que pretendemos abrir não é encontrada pelo servidor do site. Quando um *website* não possui página de erro, a usabilidade do mesmo diminui, ou seja, os utilizadores ao não conseguirem abrir a página que pretendem também não sabem o que fazer a seguir.
- **Language** – o idioma declarado em HTML deve ser o mesmo do detetado no conteúdo da página (*Woorank*).
- **Email privacy** – um endereço de email em texto simples é mais propenso a spam (*Woorank*).
- **Asset minification** – este item indica-nos a percentagem de ativos minificados e o número de arquivos não minificados (*Woorank*).
- **Asset compression** – este parâmetro verifica a percentagem de arquivos de ativos compactados e o número de arquivos não compactados (*Woorank*).
- **Asset cacheability** – Indica-nos o número de arquivos não armazenados em cache (*Woorank*).
- **Domain available** – o registo de extensões diferentes caracteriza-se como uma boa medida para ataques de spam (*Woorank*).
- **Typo Available** – Ao serem registados vários domínios de erros de digitação, o *website* está a ser protegido contra os ataques de spam (*Woorank*).
- **Trust indicators** – este indicador mostram-nos o quão seguro é o *website* (*Woorank*).

Com a tabela 1 e 2 podemos verificar como se caracterizam os *websites* dos municípios portugueses quanto à usabilidade.

**Tabela 2** – Características de usabilidade verificadas nos *websites* (%)

Itens	%	%
<b>Favicon</b>	93% (sim)	7%(Não)
<b>Custom 404 page</b>	63%(sim)	37%(Não)
<b>Language</b>	76%(Declarado=Detetado)	24% (Declarado $\neq$ do Detetado)
<b>email privacy</b>	21%(Sim)	79%(Não)

**Fonte:** Dados à data de 19 de Setembro de 2019. Elaboração Própria.

Ao analisarmos a tabela 1 verificamos que o item com um valor mais baixo é o “*email privacy*”, o que nos indica que apenas 21% dos websites possui email menos propenso a spam. O item com o valor mais elevado é o “*favicon*” que nos revela que cerca de 93% dos sites possuem um ícone na barra de endereço que identifica o município. Relativamente ao item “*language*”, verificamos que 76% dos websites o idioma declarado em HTML coincide com o idioma detetado no conteúdo da página. O item “*Custom 404 page*” indica-nos a existência ou não existência de página de erro, este pode ser considerado um item relevante para classificar a utilização de um *website*, pois o utilizador ao não conseguir abrir a página fica satisfeito quando lhe é dado uma alternativa ou sugestão para prosseguir, pelo que o valor de 63% pode ser preocupante face às exigências do utilizador.

**Tabela 3** – Características de usabilidade verificadas nos *websites* (Média e Desvio-padrão)

Itens	Média	Desvio-Padrão
Tamanho do URL	10,73	3,36
<b>Asset minification</b>		
%	69%	0,153
Nº de Ativos	8,05	8,14
<b>Asset compression</b>		
%	54%	0,38
Nº de Ativos	10,4	11,89
<b>Asset cacheability</b>	27,03	41,33
<b>Domain available (Nº de domínios disponíveis)</b>	6	0
<b>Typo Available (Nº de domínios semelhantes)</b>	7	0
<b>Trust indicators (%)</b>	63,43%	0,059

**Fonte:** Dados à data de 19 de Setembro de 2019. Elaboração Própria.

No que diz respeito ao tamanho do URL de cada página, verifica-se que este tem em média 11 caracteres. A definição da ferramenta *Woorank* indica-nos que o URL de uma página deve ser curto e ter entre 10 a 12 caracteres. Os itens seguintes têm como principal objetivo melhorar o tempo de carregamento da página, assim como a banda larga utilizada. Como podemos analisar o item “*Asset minification*” indica-nos que os *websites* podiam reduzir em média 69% o tamanho de transferência de uma página minificando em média 8,05 ativos. Para uma melhor utilização de um *website* o ideal seria todos os recursos estarem comprimidos, mas ao verificarmos o item “*Asset Compression*” concluímos que em média 54% dos recursos dos *websites* não se encontram comprimidos. Os recursos ao estarem armazenados em cache, o tempo de carregamento da página é menor. Em média temos um total de 27 recursos não armazenados por *website*, mas como podemos analisar o desvio-

padrão é bastante elevado, devido às diferenças acentuadas de página para página para o item “*Asset cacheability*”.

Relativamente aos itens “*Domain available*” e “*Typo available*” constatamos que todos os *websites* têm registados 6 domínios disponíveis e 7 domínios semelhantes para se protegerem contra spam.

Por fim, para o item “*Trust indicators*” temos uma média que se situam nos 63, 43% que nos indica o quanto confiável é um *website*.

Relativamente à entrevista realizada à técnica da divisão de finanças e recursos humanos da Câmara Municipal de Valongo, concluímos que existe uma preocupação em disponibilizar não só os documentos de carácter obrigatório, mas também outros documentos de interesse público, como eventos, remunerações dos eleitos locais, gasto por área e freguesia, obras públicas e manual breve de cidadania, onde explicam como funciona a autarquia. Assim como, sempre que possível preparar a informação financeira atempadamente. Quanto à forma como a informação financeira é disponibilizada existe uma preocupação em preparar a informação de forma a ser acessível a todos os cidadãos, assim como, a realização de eventos para esclarecer cidadãos e fornecedores sobre a prestação de contas, criando assim uma relação de transparência, e consequentemente de confiança. Existe uma preocupação em melhorar e corrigir a coerência do site, dia após dia. Por último, para a técnica fatores como nível de escolaridade e competição política influenciam o nível de divulgação financeira, no entanto, o fator dimensão populacional não considera ter influência.

Dos 50 habitantes entrevistados, no concelho de Valongo, apenas 40 responderam ao que lhe era proposto. O objetivo destas entrevistas era perceber a forma como o cidadão se comportava perante o *website* do município e perceber qual a terminologia usada na procura de informação. No decorrer das entrevistas, muitos dos habitantes abordados não tiveram interesse em responder, outros não sabia consultar o site e outros afirmavam não saber utilizar um computador. No entanto, dos dados recolhidos dos 40 habitantes, concluímos que a informação era difícil de encontrar. Posto isto, a maioria do cidadão acabava por desistir de procurar a informação e usava a terminologia que melhor definia a informação pretendida no motor de busca do *website*. Recolhemos que os substantivos mais utilizados na procura de informação, eram: Dinheiro público, Finanças e Contas.

## **CAPÍTULO IV – CONCLUSÃO E PERSPETIVAS FUTURAS**

---

Neste capítulo são apresentadas as principais conclusões deste estudo, respondendo às questões de investigação estabelecidas, tendo em conta o principal objetivo desta dissertação: avaliar as práticas dos municípios portugueses em termos de divulgação da informação económico-financeira através das suas páginas de internet.

São ainda evidenciados os principais contributos do estudo realizado, seguindo-se uma referência às principais limitações desta investigação e ainda algumas recomendações para futuras investigações que possam vir a ser realizadas sobre o mesmo tema.

Esta investigação foi desenvolvida com o objetivo de dar a conhecer as falhas presentes na divulgação da informação económico-financeira obrigatória nos *websites* em termos de *accountability*, no que diz respeito aos municípios portugueses.

É importante informar, não só os municípios, mas também as restantes entidades públicas que por lei são obrigadas a divulgar informação económico-financeira, para a necessidade de uma divulgação mais transparente e também com qualidade, pois esse é um ponto importante para a confiança entre o Estado e os cidadãos.

Nas últimas décadas, com a introdução da Nova Gestão Pública e com o desenvolvimento das TIC a divulgação financeira foi reconhecida como cada vez mais importante, nomeadamente como uma melhoria na transparência e *accountability* na APL. Como falámos no 1.6, foram se desenvolvendo alguns estudos na investigação em contabilidade, sobre os índices de divulgação de informação económico-financeira na *Internet* no sector público. Em Portugal, a existência destes estudos é praticamente inexistente.

Para o nosso estudo foi selecionada uma amostra de 93 municípios portugueses das regiões da NUT III, com base no nível de escolaridade de cada município. Verificámos se a informação exigida pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais e pelo Índice de Transparência Municipal se encontrava divulgada nos seus *websites*, para tal, elaborámos uma matriz de análise com os itens de informação económico-financeira obrigatórios e itens facultativos relevantes para o cidadão.

Contudo, a disponibilização da informação através das páginas de internet não significa, necessariamente, que essa informação seja de fácil acesso para o cidadão comum.

Para analisar as características da usabilidade dos sítios *web* dos municípios selecionados, recorreremos ao uso de uma ferramenta automática que identifica algumas diretrizes de

usabilidade. O objetivo desta análise é perceber se a utilização da página *web* dos municípios é de fácil uso para o cidadão.

Para responder ao objetivo principal da nossa investigação, foram definidas as respetivas questões de investigação. Os resultados da investigação permitem responder a essas questões.

**Q1.** A informação financeira dos municípios portugueses é divulgada e está acessível ao público em geral, através da publicação nos seus *websites*?

Os resultados demonstram que nem todos os municípios divulgam os itens obrigatórios (Grupo A e C). Concluimos que os itens menos disponibilizados eram: os valores relativos às taxas de IMI e derrama (52%), a percentagem da participação variável do IRS (53%) e o anexo às demonstrações financeiras (63%). Quanto aos itens de informação relevante: Orçamento (89%), Balanço (86%) e Demonstração de Resultados (84%), apesar de não estarem disponíveis em todos os *websites* analisados, tinham um valor mais elevado.

Estes resultados são muito preocupantes e de motivo de uma reflexão por parte dos municípios, uma vez que pertencem ao grupo de itens obrigatórios pela lei aplicável às autarquias locais quanto à divulgação de informação económico-financeira.

Quanto aos itens do Grupo C, recomendados pelo ITM e que não se encontram abrangidos pela lei, destaca-se que os menos disponibilizados são: Investimento por freguesia (listagem das despesas efetuadas por freguesia (43%), Alterações e retificações orçamentais (68%) e Lista de dívidas a fornecedores e respetivos juros de mora (63%).

O ITM encontra-se em atualização pelo que pode justificar estes valores, uma vez que os municípios não têm que concorrer para o índice de transparência a nível nacional.

**Q2.** Os municípios têm a preocupação de divulgar informação facultativa relevante para os cidadãos e considerada importante do ponto de vista da *accountability*?

Os resultados para esta questão são mais favoráveis, apesar de se tratar de itens de informação facultativa relevante para os cidadãos e considerada importante do ponto de vista da *accountability*. Concluimos que os itens “Agenda de Eventos” e “Contacto de telefone” são disponibilizados em todos os *websites*, o que nos indica que o município tem a preocupação de informar o cidadão sobre as atividades de lazer para que o cidadão possa



participar, assim como esclarecer qualquer informação necessária através do contacto de telefone. Quanto ao item “Organograma” que representa a estrutura organizacional do município e as relações entre os diferentes sectores da organização, apenas 71% dos municípios analisados o apresentam na página principal do sítio *web* do município. O valor mais preocupante é o do item “Relatório de Sustentabilidade e Responsabilidade Social” com cerca de 11%.

### **Q3.** Como se caracterizam os *websites* dos municípios portugueses quanto à usabilidade?

As características dos sítios *web* quanto à usabilidade são um ponto importante na utilização dos *websites* por parte do cidadão. Pois uma página *web* eficaz, eficiente e de fácil utilização aumenta a probabilidade do cidadão a querer utilizar.

Ao analisarmos os resultados para esta questão, concluímos que o tamanho do URL está dentro do tamanho considerado “Ideal”, com uma média de 11 caracteres por *website*. Quanto ao item “*Favicon*” verificamos que 93% dos *websites* dos municípios possuem um ícone na barra de endereço que caracteriza o município. Relativamente ao item “*Custom 404 page*” apenas 63% dos *websites* possui página de erro, um valor preocupante, na medida que os utilizadores ao não conseguirem abrir a página, desistem de procurar a informação desejada, uma vez que o *website* não lhe mostra como resolver o problema. Quanto ao item “*Language*”, 76% dos sítios *web* o idioma declarado em HTML é igual ao detetado no conteúdo da página. O item “*privacy email*” mostra-nos que apenas 21% dos *websites* teve o cuidado de criar um email de forma a proteger-se contra os ataques de spam. Relativamente, aos itens que se caracterizam por um melhor tempo de carregamento da página, assim como reduzir a banda larga utilizada, os valores são um pouco elevados. Para o item “*Asset minification*” o valor para reduzir o tempo de carregamento situa-se na média dos 69%, para o item “*Asset compression*” temos um valor de 54% e por fim para o item “*Asset cacheability*” temos uma média de 27 recursos não armazenados por página, contudo nesta item o desvio-padrão é bastante elevado, o que nos indica que os valores diferem bastante de *website* para *website*.

Ao analisarmos os itens “*Domain available*” e “*Typo available*” verificámos que todas as páginas possuíam 6 domínios disponíveis e 7 domínios semelhantes para proteção de ataques de spam.

Por último, no item “*Trust Indicators*” concluímos que o nível de confiança dos *websites* analisados é em média de 63, 43%.

Quanto às características dos *websites* os resultados não são muito favoráveis face às exigências dos utilizadores, uma vez que a eficácia, eficiência e satisfação de um sítio *web* é o que faz o utilizador querer utilizar o *website* para encontrar a informação que precisa. Pelo que, se um *website* demorar a carregar, não demonstre confiança ao utilizador e for de difícil utilização, o cidadão desiste de utilizar a *web* para encontrar a informação pretendida.

Nas entrevistas realizadas, conseguimos perceber que a utilização dos *websites* ainda não é muito frequente por parte do cidadão comum, por limitações como: falta de interesse, não saber utilizar os meios digitais e dificuldade em encontrar a informação.

Como principal limitação deste estudo destaca-se o facto de não existirem estudos idênticos, relacionados com o uso de ferramentas automáticas para avaliar as características de usabilidade nos *websites* dos municípios portugueses, para que fosse realizada uma comparação direta dos resultados obtidos para a administração local.

A necessidade de seleccionar alguns municípios, de modo a tornar viável a concretização desta dissertação em tempo útil, constitui uma limitação relevante nesta investigação, uma vez que os resultados não podem ser generalizados a outras autarquias locais e, consequentemente, as conclusões só são válidas para a amostra analisada.

As autarquias locais são entidades públicas que tem um peso importante na economia do País, pelo que o estudo destas organizações deve ser continuado.

A melhoria da transparência e *accountability* na divulgação de informação económico-financeira pelos municípios portugueses, trará uma maior confiança entre o cidadão e estas organizações. Pelo que será importante replicar este estudo aos outros municípios que não foram analisados, assim como alargar o mesmo a outras entidades públicas, pois torna-se necessário que todas as organizações públicas sejam sensibilizadas para a melhoria do nível transparência e *accountability*, dado o seu dever de prestar contas aos seus *Stakeholders*, em particular aos cidadãos. Consideramos também importante, acrescentar a este estudo uma análise sobre o acesso à informação (formato e estrutura dos documentos e facilidade de localizar os documentos). Assim como, acrescentar numa nova investigação os testes manuais de avaliação da usabilidade referidos no capítulo I.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

- Alves, N. A. G. (sem data). *ANÁLISE DA CONFORMIDADE E A QUALIDADE DA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NOS WEBSITES: Estudo exploratório para algumas entidades públicas no âmbito*. 88.
- Andersen, T. B. (2009). E-Government as an anti-corruption strategy. *Information Economics and Policy*, 21(3), 201–210.
- Archidona, M. C., & Gandía, J. L. (2008). Determinants of web site information by Spanish city councils. *Online Information Review*, 32(1), 35–57.
- Bardin, L., Reto, L. A., & Pinheiro, A. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bell, J. (1993). *Como realizar um projeto de investigação, 3.a Ed*. Lisboa: Gradiva.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bovens, M. (2007). Analysing and Assessing Accountability: A Conceptual Framework. *European Law Journal*, 13(4), 447–468.
- Bovens, M., Schillemans, T., & Hart, P. 't. (2008). Does Public Accountability Work? An Assessment Tool. *Public Administration*, 86(1), 225.
- Boyne, G., Gould–Williams, J., Law, J., & Walker, R. (2002). Plans, performance information and accountability: The case of Best Value. *Public Administration*, 80(4), 691.
- Brown, D. C., & Toze, S. (2017). Information governance in digitized public administration. *Canadian Public Administration*, 60(4), 581-604.
- Bruns Jr., W. J. (1968). Accounting Information and Decision-Making: Some Behavioral Hypotheses. *Accounting Review*, 43(3), 469.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998), *Metodologia da Investigação - Guia para a auto-aprendizagem*, Universidade Aberta, Lisboa.
- Chan, J. L. (2003). Government Accounting: An Assessment of Theory, Purposes and Standards. *Public Money & Management*, 23(1), 13.

Christensen, T. ( 1 ), & Lægreid, P. ( 2 ). (2015). Performance and Accountability—A Theoretical Discussion and an Empirical Assessment. *Public Organization Review*, 15(2), 207–225.

David, F., & Abreu, R. (2016). *Contributo do SNC-AP para uma maior transparência das contas públicas em Portugal*.

Edwards, M., Hulme, D., & Hulme, D. (2014). *Non-Governmental Organisations - Performance and Accountability : Beyond the Magic Bullet*.

Ewan, Ferlie, Pettigrew, A., Ashburner, L., & Fitzgerald, L. (1997). The new public management in action. *Long Range Planning*, 30(1), 145–146.

Florini, A. M. (2000). *Does the Invisible Hand Need a Transparent Glove? The Politics of Transparency*. 43.

García, A., & García-García, J. (2010). Determinants of Online Reporting of Accounting Information by Spanish Local Government Authorities. *Local Government Studies*, 36(5).

Grimmelikhuijsen, S. (2012). Linking transparency, knowledge and citizen trust in government: An experiment. *International Review of Administrative Sciences*, 78(1), 50–73.

Hood, C. (1991). A Public Management for All Seasons? *Public Administration*, 69(1), 3–19.

Hood, Christopher. (1995a). *Contemporary public management: a new global paradigm?* 14.

Hood, Christopher. (1995b). The “new public management” in the 1980s: Variations on a theme. *Accounting, Organizations and Society*, 20(2), 93–109.

Hood, Christopher. (2010). Accountability and Transparency: Siamese Twins, Matching Parts, Awkward Couple? *West European Politics*, 33(5), 989–1009.

ISO 9241-11:2018 - Ergonomics of human-system interaction -- Part 11: Usability Definitions and concepts. (n.d.). Retrieved September 5, 2018, from <https://www.iso.org/standard/63500.html>

Jakob Nielsen (2012), Usability 101: Introduction to Usability.

Laswad, F., Fisher, R., & Oyelere, P. (2005). Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2),

Lindquist, E. A., & Huse, I. (2017). Accountability and monitoring government in the digital era: Promise, realism and research for digital-era governance. *Canadian Public Administration*, 60(4), 627-656.

Lord, K. M. (2012). *Perils and Promise of Global Transparency, The: Why the Information Revolution May Not Lead to Security, Democracy, or Peace*. SUNY Press.

Lourenço, R. P., Jorge, S., & Sá, P. M. e. (2012). Transparência nas câmaras municipais portuguesas : Informação divulgada nos sítios da região centro. *Revista de Administração Local*, 35(247), 21–52.

Nielsen, J., & Molich, R. (1990, March). Heuristic evaluation of user interfaces. In *Proceedings of the SIGCHI conference on Human factors in computing systems* (pp. 249-256). ACM.

Nielsen, J. (1994, April). Enhancing the explanatory power of usability heuristics. In *Proceedings of the SIGCHI conference on Human Factors in Computing Systems* (pp. 152-158). ACM.

Mabillard, V., & Zumofen, R. (2017). The complex relationship between transparency and accountability: A synthesis and contribution to existing frameworks. *Public Policy and Administration*, 32(2), 110-129.

Meiyer, A. J. (2003). Transparent government: Parliamentary and legal accountability in an information age. *Information Polity: The International Journal of Government & Democracy in the Information Age*, 8(1/2), 67–78. <https://doi.org/10.3233/IP-2003-0027>

Moon, M. J. (2003). Can IT Help Government to Restore Public Trust?: Declining Public Trust and Potential Prospects of IT in the Public Sector. *HICSS*.

Pardal, L. & Correia, E. (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores.

- Pérez, C. C., López Hernández, A. M., & Pedro Rodríguez Bolívar, M. (2005). Citizens' access to on-line governmental financial information: Practices in the European Union countries. *Government Information Quarterly*, 22(2), 258–276.
- Pillay, S. (2008). A cultural ecology of New Public Management. *International Review of Administrative Sciences*, 74(3), 373–394.
- Pina, V., Torres, L., & Royo, S. (2010). Is E-Government Leading to More Accountable and Transparent Local Governments? An Overall View. *Financial Accountability & Management*, 26(1), 3–20.
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1998). Manual de investigação em ciências sociais (2a edição). Lisboa: Gradiva.
- Ramio Matas, C. (2008). Technocratic public management, transparency and accountability: Spaniards perceptions on public administration. Extrapolable reflections to Latin American public institutions. *REVISTA DEL CLAD REFORMA Y DEMOCRACIA*, (41), 111-+.
- Rodríguez Bolívar, M. P., del Carmen Caba Pérez, M., & López-Hernández, A. M. (2015). Online budget transparency in OECD member countries and administrative culture. *Administration & Society*, 47(8), 943-982.
- Ryan, B., Scapens, R. W., & Theobald, M. (2002). *Research method and methodology in finance and accounting* (Second edition). Andover, Hampshire, United Kingdom: South-Western, Cengage Learning.
- Schillemans, T., Van Twist, M., & Vanhommerig, I. (2013). Innovations in accountability: Learning through interactive, dynamic, and citizen-initiated forms of accountability. *Public Performance & Management Review*, 36(3), 407-435.
- Schnackenberg, A. K., & Tomlinson, E. C. (2016). Organizational Transparency. *Journal of Management*, 42(7), 1784–1810.
- Sell, F. F., Sampaio, G. L., da Silva Zonatto, V. C., & Lavarda, C. E. F. (2018). ACCOUNTABILITY: UMA OBSERVAÇÃO SOBRE O NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DE MUNICÍPIOS. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(4), 248-259.

- Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: Algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5, 187–192.
- Serrano, G. (2004). Investigación cualitativa. Retos e interrogantes – I. Métodos. Madrid: Ed. La Muralla.
- Silva, T. E. (2012). Avaliação heurística de sites sob a ótica da usabilidade: o caso das 5 maiores empresas do setor de telecomunicações do ano de 2011.
- Sinclair, A. (1995). The chameleon of accountability: Forms and discourses. *Accounting, Organizations and Society*, 20(2), 219–237.
- Sol, D. A. del. (2013). The institutional, economic and social determinants of local government transparency. *Journal of Economic Policy Reform*, 16(1), 90–107.
- Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. Lisboa: Pactor - Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea.
- Styles, A. K., & Tennyson, M. (2007). The accessibility of financial reporting of u.s. municipalities on the internet. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 19(1), 56–92.
- Teixeira, S. F., Silva, A., Angélico, M. J., Silva, A. M., & Maia, T. (2018). A transparência na Administração Pública Local: Análise dos Websites da NUT2. *European Journal of Applied Business and Management*, 4(4).
- Teixeira, S., Silva, A., & Gonçalves, M. J. A. (2016). *PRESTAÇÃO DE CONTAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL: UM ESTUDO DE CASO*.
- Vieira, R., Major, M. J. e Robalo, R. (2009). Investigação Qualitativa em Contabilidade. In M. J. Major, & R. V. (Organizadores), *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática* (131-163). Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Welch, E. W., & Hinnant, C. C. (2003). Internet use, transparency, and interactivity effects on trust in government. *36th Annual Hawaii International Conference on System Sciences, 2003. Proceedings of the*, 7 pp.-.
- Williams, A. (2015). A global index of information transparency and accountability. *Journal of Comparative Economics*, 43(3), 804–824.



WooRank, em <https://www.woorank.com/pt>

W3C, Accessibility Fundamentals, em  
<https://www.w3.org/WAI/fundamentals/accessibility-intro/>

Yin, R. (1994). *Case study research: Design and methods* (2a edição). Thousand Oaks: Sage Publications.

## **Legislação**

Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro

Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho

Decreto-Lei n.º 232/97, de 03 de setembro

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 12/2002, de 25 de janeiro

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho

Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro

Decreto-lei n.º 83/2018, de 19 de outubro

Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro

Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro

Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro

Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro

Portaria n.º 898/2000, de 28 de setembro



## Apêndice I – Matriz de Avaliação de websites (Informação económico-financeira)

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	Grupo A - Itens Obrigatórios por Lei					Grupo B - Itens do Índice de Transparência Municipal					Grupo C - Itens em comum do Grupo A e B							Grupo D - Itens Facultativos					Data de pesqui sa	%
			a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v		
Alto Minho	Caminha	<a href="https://www.cm-caminha.pt">https://www.cm-caminha.pt</a>	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	05/08 /2019	68 %
	Viana do Castelo	<a href="http://www.cm-viana-castelo.pt">http://www.cm-viana-castelo.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	05/08 /2019	86 %
	Arcos de Valdevez	<a href="https://www.cmav.pt">https://www.cmav.pt</a>	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	05/08 /2019	91 %
Cávado	Braga	<a href="https://www.cm-braga.pt/pt">https://www.cm-braga.pt/pt</a>	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	05/08 /2019	23 %
	Terras de Bouro	<a href="https://www.cm-terrasdebouro.pt">https://www.cm-terrasdebouro.pt</a>	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	05/08 /2019	73 %
Ave	Vila Nova de Famalicão	<a href="https://www.cm-vnfamalicao.pt">https://www.cm-vnfamalicao.pt</a>	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	06/08 /2019	91 %
	Guimarães	<a href="https://www.cm-guimaraes.pt">https://www.cm-guimaraes.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	06/08 /2019	96 %
	Mondim de Basto	<a href="https://municipio.mon-dimdebasto.pt">https://municipio.mon-dimdebasto.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	06/08 /2019	96 %
Área Metropo litana do Porto	Maia	<a href="https://www.cm-maia.pt">https://www.cm-maia.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	06/08 /2019	96 %
	Valongo	<a href="https://www.cm-valongo.pt">https://www.cm-valongo.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	06/08 /2019	10 0%
	Matosinhos	<a href="https://www.cm-matosinhos.pt">https://www.cm-matosinhos.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	26/08 /2019	96 %
	Santo Tirso	<a href="https://www.cm-stirso.pt">https://www.cm-stirso.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26/08 /2019	91 %
	Paredes	<a href="https://www.cm-paredes.pt">https://www.cm-paredes.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26/08 /2019	10 0%
	Arouca	<a href="http://www.cm-arouca.pt">http://www.cm-arouca.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	26/08 /2019	86 %
Alto Tâmega	Chaves	<a href="https://www.chaves.pt">https://www.chaves.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08 /2019	94 %

			Grupo A - Itens Obrigatórios por Lei					Grupo B - Itens do Índice de Transparência Municipal					Grupo C - Itens em comum do Grupo A e B						Grupo D - Itens Facultativos								
Regiões NUT III	Município	Home page do Município	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	Data de pesqui sa	%	
	Ribeira de Pena	<a href="http://www.cm-rpena.pt">http://www.cm-rpena.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08/2019	86%	
Tâmega e Sousa	Penafiel	<a href="https://www.cm-penafiel.pt">https://www.cm-penafiel.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	26/08/2019	91%	
	Amarante	<a href="https://www.cm-amarante.pt">https://www.cm-amarante.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	26/08/2019	100%	
	Baião	<a href="https://www.cm-baiao.pt">https://www.cm-baiao.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08/2019	86%	
	Cinfães	<a href="https://cm-cinfaes.pt">https://cm-cinfaes.pt</a>	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	26/08/2019	23%
Douro	Vila Real	<a href="http://www.cm-vilareal.pt">http://www.cm-vilareal.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08/2019	94%	
	Lamego	<a href="https://www.cm-lamego.pt">https://www.cm-lamego.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08/2019	86%	
	Peso da Régua	<a href="https://www.cm-pesoregua.pt">https://www.cm-pesoregua.pt</a>	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08/2019	91%	
	São João da Pesqueira	<a href="https://www.sipesqueira.pt">https://www.sipesqueira.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08/2019	86%	
	Carrazeda de Ansiães	<a href="https://www.cm-carrazedadeansiaes.pt">https://www.cm-carrazedadeansiaes.pt</a>	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08/2019	86%	
	Freixo de Espada à Cinta	<a href="http://www.cm-freixoespadacinta.pt">http://www.cm-freixoespadacinta.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08/2019	86%	
Terras de Trás- os- Montes	Bragança	<a href="https://www.cm-braganca.pt">https://www.cm-braganca.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	26/08/2019	94%	
	Mirandela	<a href="https://www.cm-mirandela.pt">https://www.cm-mirandela.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08/2019	86%	
	Vimioso	<a href="https://www.cm-vimioso.pt">https://www.cm-vimioso.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	26/08/2019	94%	
Oeste	Arruda do Vinhos	<a href="http://www.cm-arruda.pt">http://www.cm-arruda.pt</a>	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	26/08/2019	77%	
	Alenquer	<a href="http://www.cm-alenquer.pt">http://www.cm-alenquer.pt</a>	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	29/08/2019	91%	

			Grupo A - Itens Obrigatórios por Lei					Grupo B - Itens do Índice de Transparência Municipal					Grupo C - Itens em comum do Grupo A e B						Grupo D - Itens Facultativos								
Regiões NUT III	Município	Home page do Município	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	Data de pesquisa	%	
	Bombarral	<a href="http://www.cm-bombarral.pt">http://www.cm-bombarral.pt</a>	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	29/08/2019	86%	
	Peniche	<a href="http://www.cm-peniche.pt/">http://www.cm-peniche.pt/</a>	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	29/08/2019	73%	
Região de Aveiro	Aveiro	<a href="https://www.cm-aveiro.pt">https://www.cm-aveiro.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	29/08/2019	91%
	Ovar	<a href="https://www.cm-ovar.pt">https://www.cm-ovar.pt</a>	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	29/08/2019	86%	
	Estarreja	<a href="https://www.cm-estarreja.pt">https://www.cm-estarreja.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	29/08/2019	94%	
	Murtosa	<a href="http://www.cm-murtosa.pt">http://www.cm-murtosa.pt</a>	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	29/08/2019	23%
Região de Coimbra	Condeixa-a-Nova	<a href="https://www.cm-condeixa.pt">https://www.cm-condeixa.pt</a>	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	29/08/2019	55%
	Coimbra	<a href="https://www.cm-coimbra.pt">https://www.cm-coimbra.pt</a>	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	29/08/2019	82%	
	Lousã	<a href="https://cm-lousa.pt">https://cm-lousa.pt</a>	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	29/08/2019	77%	
	Penacova	<a href="http://www.cm-penacova.pt">http://www.cm-penacova.pt</a>	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	29/08/2019	68%	
	Góis	<a href="http://www.cm-gois.pt">http://www.cm-gois.pt</a>	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	29/08/2019	77%	
	Pampilhosa da Serra	<a href="http://www.cm-pampilhosadaserra.pt">http://www.cm-pampilhosadaserra.pt</a>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	29/08/2019	14%
Região de Leiria	Marinha Grande	<a href="https://www.cm-mgrande.pt">https://www.cm-mgrande.pt</a>	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	02/09/2019	94%	
	Leiria	<a href="https://www.cm-leiria.pt">https://www.cm-leiria.pt</a>	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	02/09/2019	94%	
	Castanheira de Pêra	<a href="http://www.cm-castanheiradepera.pt">http://www.cm-castanheiradepera.pt</a>	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	0	02/09/2019	32%
	Viseu	<a href="https://www.cm-viseu.pt">https://www.cm-viseu.pt</a>	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09/2019	82%	

			Grupo A - Itens Obrigatórios por Lei					Grupo B - Itens do Índice de Transparência Municipal				Grupo C - Itens em comum do Grupo A e B						Grupo D - Itens Facultativos								
Regiões NUT III	Município	Home page do Município	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	Data de pesquisa	%
Viseu Dão Lafões	Nelas	<a href="https://www.cm-nelas.pt">https://www.cm-nelas.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	82%
	Oliveira de Frades	<a href="https://www.cm-ofrades.com">https://www.cm-ofrades.com</a>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	02/09/2019	14%
	Castro Daire	<a href="http://www.cm-castrodaire.pt">http://www.cm-castrodaire.pt</a>	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	86%
	Penalva do Castelo	<a href="https://www.cm-penalvadocastelo.pt">https://www.cm-penalvadocastelo.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	86%
Beira Baixa	Castelo Branco	<a href="https://www.cm-castelobranco.pt">https://www.cm-castelobranco.pt</a>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09/2019	45%
	Oleiros	<a href="http://www.cm-oleiros.pt">http://www.cm-oleiros.pt</a>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	02/09/2019	18%
Médio Tejo	Entrocamento	<a href="http://www.cm-entrocamento.pt">http://www.cm-entrocamento.pt</a>	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09/2019	82%
	Vila Nova da Barquinha	<a href="http://www.cm-vnbarquinha.pt">http://www.cm-vnbarquinha.pt</a>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	02/09/2019	23%
	Vila de Rei	<a href="http://www.cm-viladerei.pt">http://www.cm-viladerei.pt</a>	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	02/09/2019	68%
	Mação	<a href="http://www.cm-macao.pt">http://www.cm-macao.pt</a>	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09/2019	77%
Beiras e Serra Da Estrela	Guarda	<a href="https://www.mun-guarda.pt">https://www.mun-guarda.pt</a>	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	86%
	Covilhã	<a href="http://www.cm-covilha.pt">http://www.cm-covilha.pt</a>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	02/09/2019	18%
	Belmonte	<a href="https://cm-belmonte.pt">https://cm-belmonte.pt</a>	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09/2019	77%
	Figueira de Castelo Rodrigo	<a href="https://cm-fcr.pt">https://cm-fcr.pt</a>	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	77%
	Mêda	<a href="https://cm-meda.pt">https://cm-meda.pt</a>	0	0	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09/2019	68%
Área Metropo	Sintra	<a href="https://cm-sintra.pt">https://cm-sintra.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	94%

			Grupo A - Itens Obrigatórios por Lei					Grupo B - Itens do Índice de Transparência Municipal					Grupo C - Itens em comum do Grupo A e B						Grupo D - Itens Facultativos							
Regiões NUT III	Município	Home page do Município	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	Data de pesquisa	%
Região de Lisboa	Cascais	<a href="https://www.cascais.pt">https://www.cascais.pt</a>	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09/2019	86%
	Vila Franca de Xira	<a href="https://www.cm-vfxira.pt">https://www.cm-vfxira.pt</a>	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	82%
	Loures	<a href="https://www.cm-loures.pt">https://www.cm-loures.pt</a>	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	91%
	Moita	<a href="https://www.cm-moita.pt">https://www.cm-moita.pt</a>	0	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	77%
	Lisboa	<a href="http://www.cm-lisboa.pt">http://www.cm-lisboa.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	91%
Alentejo Litoral	Sines	<a href="http://www.sines.pt">http://www.sines.pt</a>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	94%
	Alcácer do Sal	<a href="http://www.cm-alcacerdosal.pt">http://www.cm-alcacerdosal.pt</a>	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	86%
Baixo Alentejo	Barrancos	<a href="http://www.cm-barrancos.pt">http://www.cm-barrancos.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09/2019	86%
	Beja	<a href="https://cm-beja.pt">https://cm-beja.pt</a>	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09/2019	77%
	Almodôvar	<a href="https://www.cm-almodovar.pt">https://www.cm-almodovar.pt</a>	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	02/09/2019	27%
	Mértola	<a href="https://www.cm-mertola.pt">https://www.cm-mertola.pt</a>	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	02/09/2019	55%
	Lezíria Do Tejo	Benavente*	<a href="http://www.cm-benavente.pt">http://www.cm-benavente.pt</a>																							02/09/2019
Cartaxo		<a href="https://www.cm-cartaxo.pt">https://www.cm-cartaxo.pt</a>	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09/2019	86%
Coruche*		<a href="http://www.cm-coruche.pt">http://www.cm-coruche.pt</a>																							02/09/2019	
Chamusca*		<a href="http://www.cm-chamusca.pt">http://www.cm-chamusca.pt</a>																							02/09/2019	
Alto Alentejo	Elvas	<a href="http://www.cm-elvas.pt">http://www.cm-elvas.pt</a>	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	02/09/2019	72%

			Grupo A - Itens Obrigatórios por Lei					Grupo B - Itens do Índice de Transparência Municipal					Grupo C - Itens em comum do Grupo A e B						Grupo D - Itens Facultativos							
Regiões NUT III	Município	Home page do Município	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u	v	Data de pesqui sa	%
	Campo Maior	<a href="http://www.cm-campo-maior.pt">http://www.cm-campo-maior.pt</a>	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09 /2019	77 %
	Portalegre	<a href="http://www.cm-portalegre.pt">http://www.cm-portalegre.pt</a>	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09 /2019	72 %
	Crato	<a href="http://www.cm-crato.pt">http://www.cm-crato.pt</a>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	02/09 /2019	23 %
	Gavião	<a href="http://www.cm-gaviao.pt">http://www.cm-gaviao.pt</a>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	02/09 /2019	23 %
	Évora	<a href="http://www.cm-evora.pt">http://www.cm-evora.pt</a>	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09 /2019	15 %
Alentejo Central	Vila Viçosa	<a href="https://www.cm-vilaviciosa.pt">https://www.cm-vilaviciosa.pt</a>	0	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09 /2019	82 %
	Estremoz	<a href="http://www.cm-estremoz.pt">http://www.cm-estremoz.pt</a>	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09 /2019	82 %
	Mora	<a href="http://www.cm-mora.pt">http://www.cm-mora.pt</a>	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09 /2019	59 %
	Alandroal	<a href="http://www.cm-alandroal.pt">http://www.cm-alandroal.pt</a>	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	02/09 /2019	82 %
	Albufeira	<a href="https://www.cm-albufeira.pt">https://www.cm-albufeira.pt</a>	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09 /2019	77 %
Algarve	Lagos	<a href="https://www.cm-lagos.pt">https://www.cm-lagos.pt</a>	1	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	02/09 /2019	68 %
	Faro	<a href="http://www.cm-faro.pt">http://www.cm-faro.pt</a>	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09 /2019	77 %
	Castro Marim	<a href="https://cm-castromarim.pt">https://cm-castromarim.pt</a>	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09 /2019	82 %
	Alcoutim	<a href="http://www.cm-alcoutim.pt">http://www.cm-alcoutim.pt</a>	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	02/09 /2019	77 %
			52 %	53 %	80 %	84 %	63 %	43%	68%	63%	82%	82%	89 %	86 %	83 %	86 %	84 %	84 %	87 %	71 %	100 %	94 %	100 %	11 %		



Legenda:

<b>a</b>	1.Valores em vigor relativos às taxas do IMI e derrama (2018)
<b>b</b>	2. A percentagem da participação variável do IRS (2018)
<b>c</b>	3. Montante total das dívidas desagregado por (2018)
<b>d</b>	4. Planos de atividade e relatório de atividades (2018)
<b>e</b>	5. Anexos às demonstrações financeiras (2018)
<b>f</b>	6. Investimento por freguesia(listagem das despesas efetuadas por freguesia) (2018)
<b>g</b>	7. Alterações e retificações orçamentais (2018)
<b>h</b>	8.Lista de dívidas a fornecedores e respetivos períodos de mora (2018)
<b>i</b>	9.Lista de empréstimos à banca e respetivos prazos e vencimentos (2018)
<b>j</b>	10. Lista de dívidas por factoring e outras dívidas a terceiros (2018)
<b>k</b>	11. Orçamento (2019)
<b>l</b>	12. PPI/ Execução do PPI (2018)
<b>m</b>	13. Fluxos de caixa/Mapa de Fluxos de caixa (2018)
<b>n</b>	14. Balanço (2018)
<b>o</b>	15. Demonstração de Resultados (2018)
<b>p</b>	16. Mapas de execução Orçamental (2018)
<b>q</b>	17. Relatório de Gestão (2018)
<b>r</b>	18. Organograma- Página Principal (2018)
<b>s</b>	19. Agenda de eventos (2018)
<b>t</b>	20. Contacto de <i>email</i> (2018)
<b>u</b>	21. Contacto telefone (2018)
<b>v</b>	22. Relatório de sustentabilidade e Responsabilidade Social(2018)
	Municípios com maior nível de escolaridade
<b>*</b>	À data da pesquisa a página deu erro ao abrir
<b>1</b>	Documento presente no website
<b>0</b>	Documento ausente do website

## Apêndice II – Matriz de Avaliação de websites (Usabilidade)

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Fav on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avail able	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
Alto Minho	Caminha	<a href="https://www.cm-caminha.pt">https://www.cm-caminha.pt</a>	cm-caminha.pt	10	sim	sim	60%	4	24%	32	0	PT	PT	6	7	Não	60%	12/09 /2019
	Viana do Castelo	<a href="http://www.cm-viana-castelo.pt">http://www.cm-viana-castelo.pt</a>	cm-viana-castelo.pt	16	sim	sim	62%	3	100%	0	0	PT	PT	6	7	Não	68%	12/09 /2019
	Arcos de Valdevez	<a href="https://www.cmav.pt">https://www.cmav.pt</a>	cmav.pt	4	sim	sim	100%	0	21%	15	1	ING	ING	6	7	Não	61%	12/09 /2019
Cávado	Braga	<a href="https://www.cm-braga.pt/pt">https://www.cm-braga.pt/pt</a>	cm-braga.pt	8	sim	não	60%	1	23%	7	50	ING	Falta	6	7	Não	78%	12/09 /2019
	Terras de Bouro	<a href="https://www.cm-terrasdebourou.pt">https://www.cm-terrasdebourou.pt</a>	cm-terrasdebourou.pt	16	sim	não	64%	24	100%	0	107	PT	PT	6	7	Não	66%	12/09 /2019
Ave	Vila Nova de Famalicão	<a href="https://www.cm-vnfamalicao.pt">https://www.cm-vnfamalicao.pt</a>	cm-vnfamalicao.pt	14	sim	sim	62%	6	100%	0	32	Falta	PT	6	7	Sim	61%	12/09 /2019
	Guimarães	<a href="https://www.cm-guimaraes.pt">https://www.cm-guimaraes.pt</a>	cm-guimaraes.pt	12	sim	sim	60%	1	24%	40	0	PT	PT	6	7	Não	68%	12/09 /2019

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Favic on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avai lable	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	Mondim de Basto	<a href="https://municipio.mondimdebasto.pt">https://municipio.mondimdebasto.pt</a>	municipio.mondimdebasto.pt	13	sim	sim	62%	7	100%	0	90	PT	PT	6	7	Não	*	12/09/2019
Área Metropolitana do Porto	Maia	<a href="https://www.cm-maia.pt">https://www.cm-maia.pt</a>	cm-maia.pt	7	sim	não	100%	0	22%	24	0	PT	PT	6	7	Não	60%	12/09/2019
	Valongo	<a href="https://www.cm-valongo.pt">https://www.cm-valongo.pt</a>	cm-valongo.pt	10	sim	sim	100%	0	15%	31	0	PT	PT	6	7	Não	61%	12/09/2019
	Matosinhos	<a href="https://www.cm-matosinhos.pt">https://www.cm-matosinhos.pt</a>	cm-matosinhos.pt	13	sim	não	100%	0	20%	21	0	PT	PT	6	7	Sim	*	12/09/2019
	Santo Tirso	<a href="https://www.cm-stirso.pt">https://www.cm-stirso.pt</a>	cm-stirso.pt	9	sim	sim	100%	0	19%	22	0	PT	PT	6	7	Não	60%	12/09/2019
	Paredes	<a href="https://www.cm-paredes.pt">https://www.cm-paredes.pt</a>	cm-paredes.pt	10	sim	sim	40%	1	23%	20	0	PT	PT	6	7	Não	61%	16/09/2019
	Arouca	<a href="http://www.cm-arouca.pt">http://www.cm-arouca.pt</a>	cm-arouca.pt	9	sim	não	64%	21	100%	0	118	PT	PT	6	7	Não	61%	16/09/2019
	Chaves	<a href="https://www.chaves.pt">https://www.chaves.pt</a>	chaves.pt	6	sim	sim	100%	0	20%	22	0	PT	PT	6	7	Não	61%	16/09/2019

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Favic on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avail able	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	Ribeira de Pena	<a href="http://www.cm-rpena.pt">http://www.cm-rpena.pt</a>	cm-rpena.pt	8	sim	não	64%	3	21%	2	85	Falta	PT	6	7	Não	61%	16/09 /2019
Tâmega e Sousa	Penafiel	<a href="https://www.cm-penafiel.pt">https://www.cm-penafiel.pt</a>	cm-penafiel.pt	11	sim	sim	63%	18	100%	0	192	PT	PT	6	7	Sim	66%	16/09 /2019
	Amarante	<a href="https://www.cm-amarante.pt">https://www.cm-amarante.pt</a>	cm-amarante.pt	11	sim	não	*	*	*	*		Falta	PT	6	7	*	*	16/09 /2019
	Baião	<a href="https://www.cm-baião.pt">https://www.cm-baião.pt</a>	cm-baião.pt	8	sim	sim	61%	19	100%	0	0	PT	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
	Cinfães	<a href="https://cm-cinfaes.pt">https://cm-cinfaes.pt</a>	cm-cinfaes.pt	10	sim	não	63%	29	26%	39	1	PT	PT	6	7	Não	*	16/09 /2019
	Vila Real	<a href="http://www.cm-vilareal.pt">http://www.cm-vilareal.pt</a>	cm-vilareal.pt	11	sim	não	64%	15	100%	0	0	PT	PT	6	7	sim	61%	16/09 /2019
Douro	Lamego	<a href="https://www.cm-lamego.pt">https://www.cm-lamego.pt</a>	cm-lamego.pt	9	sim	sim	64%	17	100%	0	117	PT	PT	6	7	não	60,00 %	16/09 /2019
	Peso da Régua	<a href="https://www.cm-pesoregua.pt">https://www.cm-pesoregua.pt</a>	cm-pesoregua.pt	12	sim	sim	60%	1	24%	33	0	PT	PT	6	7	não	*	16/09 /2019

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Fav on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avai lable	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	São João da Pesqueira	<a href="https://www.sjpesqueira.pt">https://www.sjpesqueira.pt</a>	sjpesqueira.pt	11	sim	sim	60%	1	25%	28	0	PT	PT	6	7	não	60%	16/09 /2019
	Carrazeda de Ansiães	<a href="https://www.cm-carrazedadeansiaes.pt">https://www.cm-carrazedadeansiaes.pt</a>	cm-carrazedadeansies.pt	21	sim	sim	100%	0	19%	18	0	PT	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
	Freixo de Espada à Cinta	<a href="http://www.cm-freixoespadacinta.pt">http://www.cm-freixoespadacinta.pt</a>	cm-freixoespadacinta.pt	20	sim	sim	64%	12	100%	0	0	ING	PT	6	7	não	60%	16/09 /2019
Terras de Trás- os- Montes	Bragança	<a href="https://www.cm-braganca.pt">https://www.cm-braganca.pt</a>	cm-braganca.pt	11	sim	sim	61%	5	21%	21	6	PT	PT	6	7	sim	*	16/09 /2019
	Mirandela	<a href="https://www.cm-mirandela.pt">https://www.cm-mirandela.pt</a>	cm-mirandela.pt	12	sim	sim	100%	0	18%	25	0	PT	PT	6	7	não	63%	16/09 /2019
	Vimioso	<a href="https://www.cm-vimioso.pt">https://www.cm-vimioso.pt</a>	cm-vimioso.pt	10	sim	sim	61%	6	20%	25	4	PT	PT	6	7	não	60%	16/09 /2019
Oeste	Arruda do Vinhos	<a href="http://www.cm-arruda.pt">http://www.cm-arruda.pt</a>	cm-arruda.pt	9	sim	sim	63%	21	30%	5	87	PT	PT	6	7	não	*	16/09 /2019
	Alenquer	<a href="http://www.cm-alenquer.pt">http://www.cm-alenquer.pt</a>	cm-alenquer.pt	11	sim	sim	62%	7	27%	10	38	PT	PT	6	7	sim	60%	16/09 /2019

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Favic on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avail able	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	Bombarral	<a href="http://www.cm-bombarral.pt">http://www.cm-bombarral.pt</a>	cm-bombarral.pt	12	sim	sim	61%	15	21%	3	3	PT	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
	Peniche	<a href="http://www.cm-peniche.pt/">http://www.cm-peniche.pt/</a>	cm-peniche.pt	10	sim	sim	63,00 %	19	26%	3	71	PT	PT	6	7	não	86%	16/09 /2019
Região de Aveiro	Aveiro	<a href="https://www.cm-aveiro.pt">https://www.cm-aveiro.pt</a>	cm-aveiro.pt	9	sim	sim	60%	2	24%	28	0	PT	PT	6	7	não	66%	16/09 /2019
	Ovar	<a href="https://www.cm-ovar.pt">https://www.cm-ovar.pt</a>	cm-ovar.pt	7	sim	não	62%	20	23%	32	56	PT	PT	6	7	sim	61%	16/09 /2019
	Estarreja	<a href="https://www.cm-estarreja.pt">https://www.cm-estarreja.pt</a>	cm-estarreja.pt	12	sim	sim	62%	7	22%	20	40	PT	PT	6	7	sim	60%	16/09 /2019
	Murtosa	<a href="http://www.cm-murtosa.pt">http://www.cm-murtosa.pt</a>	cm-murtosa.pt	10	sim	sim	60%	1	25%	24	0	PT	PT	6	7	não	79%	16/09 /2019
Região de Coimbra	Condeixa-a-Nova	<a href="https://www.cm-condeixa.pt">https://www.cm-condeixa.pt</a>	cm-condeixa.pt	11	sim	não	62%	8	16%	1	50	PT	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
	Coimbra	<a href="https://www.cm-coimbra.pt">https://www.cm-coimbra.pt</a>	cm-coimbra.pt	10	sim	não	61%	6	33%	12	45	PT	PT	6	7	não	62%	16/09 /2019

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Favic on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avail able	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	Lousã	<a href="https://cm-lousa.pt">https://cm-lousa.pt</a>	cm-lousa.pt	8	sim	sim	60%	2	100%	0	0	PT	PT	6	7	não	60%	16/09 /2019
	Penacova	<a href="http://www.cm-penacova.pt">http://www.cm-penacova.pt</a>	cm-penacova.pt	11	não	não	63%	13	100%	0	39	ING	PT	6	7	sim	61%	16/09 /2019
	Góis	<a href="http://www.cm-gois.pt">http://www.cm-gois.pt</a>	cm-gois.pt	7	sim	sim	63%	3	14%	6	26	Falta	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
	Pampilhosa da Serra	<a href="http://www.cm-pampilhosadaserra.pt">http://www.cm-pampilhosadaserra.pt</a>	cm-pampilhosadaserra.pt	20	*	sim	*	*	*	*		*	*	6	7	*	60%	16/09 /2019
Região de Leiria	Marinha Grande	<a href="https://www.cm-mgrande.pt">https://www.cm-mgrande.pt</a>	cm-mgrande.pt	10	sim	sim	100%	0	19%	15	0	PT	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
	Leiria	<a href="https://www.cm-leiria.pt">https://www.cm-leiria.pt</a>	cm-leiria.pt	9	sim	não	100%	0	22%	12	0	PT	PT	6	7	não	60%	16/09 /2019
	Castanheira de Pêra	<a href="http://www.cm-castanheiradepera.pt">http://www.cm-castanheiradepera.pt</a>	cm-castanheiradepera.pt	20	sim	não	61%	3	23%	11	0	PT	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
Viseu Dão Lafões	Viseu	<a href="https://www.cm-viseu.pt">https://www.cm-viseu.pt</a>	cm-viseu.pt	8	sim	sim	65%	9	25%	19	60	PT	PT	6	7	não	69%	16/09 /2019

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Favic on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avail able	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	Nelas	<a href="https://www.cm-nelas.pt">https://www.cm-nelas.pt</a>	cm-nelas.pt	8	sim	sim	60%	2	100%	0	0	PT	PT	6	7	não	*	16/09 /2019
	Oliveira de Frades	<a href="https://www.cm-ofrades.com">https://www.cm-ofrades.com</a>	cm-ofrades.com	10	sim	não	65%	4	100%	0	26	ING	PT	6	7	sim	62%	16/09 /2019
	Castro Daire	<a href="http://www.cm-castrodaire.pt">http://www.cm-castrodaire.pt</a>	cm-castrodaire.pt	14	sim	não	63%	10	100%	0	0	PT	PT	6	7	sim	*	16/09 /2019
	Penalva do Castelo	<a href="https://www.cm-penalvadocastelo.pt">https://www.cm-penalvadocastelo.pt</a>	cm-penalvadocastelo.pt	19	sim	sim	65%	13	100%	0	0	PT	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
Beira Baixa	Castelo Branco	<a href="https://www.cm-castelobranco.pt">https://www.cm-castelobranco.pt</a>	cm-castelobranco.pt	16	não	não	*	*	*	*		Falta	PT	6	7	*	60%	16/09 /2019
	Oleiros	<a href="http://www.cm-oleiros.pt">http://www.cm-oleiros.pt</a>	cm-oleiros.pt	10	sim	sim	65%	3	25%	10	59	Falta	PT	6	7	sim	60%	16/09 /2019
Médio Tejo	Entrocamento	<a href="http://www.cm-entrocamento.pt">http://www.cm-entrocamento.pt</a>	cm-entrocamento.pt	16	sim	sim	63%	15	100%	0	2	PT	PT	6	7	não	60%	16/09 /2019
	Vila Nova da Barquinha	<a href="http://www.cm-vnbarquinha.pt">http://www.cm-vnbarquinha.pt</a>	cm-vnbarquinha.pt	14	sim	não	64%	13	100%	0	1	PT	PT	6	7	não	74%	16/09 /2019



Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Favic on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avail able	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	Mação	<a href="http://www.cm-macao.pt">http://www.cm-macao.pt</a>	cm-macao.pt	8	sim	não	64%	10	100%	0	4	PT	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
Beiras e Serra Da Estrela	Guarda	<a href="https://www.mun-guarda.pt">https://www.mun-guarda.pt</a>	mun-guarda.pt	10	não	sim	100%	0	100%	0	0	Falta	Falta	6	7	sim	*	16/09 /2019
	Covilhã	<a href="http://www.cm-covilha.pt">http://www.cm-covilha.pt</a>	cm-covilha.pt	10	sim	não	64%	6	99%	2	1	ING	PT	6	7	sim	60%	16/09 /2019
	Belmonte	<a href="https://cm-belmonte.pt">https://cm-belmonte.pt</a>	cm-belmonte.pt	11	sim	sim	63%	49	100%	0	0	ING	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
	Figueira de Castelo Rodrigo	<a href="https://cm-fcr.pt">https://cm-fcr.pt</a>	cm-fcr.pt	6	sim	sim	65%	3	100%	0	0	ING	ING	6	7	sim	63%	16/09 /2019
	Mêda	<a href="https://cm-meda.pt">https://cm-meda.pt</a>	cm-meda.pt	7	sim	sim	100%	0	100%	0	0	PT	PT	6	7	não	64%	16/09 /2019
	Sintra	<a href="https://cm-sintra.pt">https://cm-sintra.pt</a>	cm-sintra.pt	9	sim	sim	63%	11	100%	0	1	PT	PT	6	7	não	64%	16/09 /2019
Área Metrop olitana de Lisboa	Cascais	<a href="https://www.cascais.pt">https://www.cascais.pt</a>	cascais.pt	7	sim	sim	60%	4	33%	1	79	PT	PT	6	7	não	*	16/09 /2019

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Favic on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avail able	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	Vila Franca de Xira	<a href="https://www.cm-vfxira.pt">https://www.cm-vfxira.pt</a>	cm-vfxira.pt	9	sim	sim	100%	0	22%	23	0	PT	PT	6	7	não	75%	16/09 /2019
	Loures	<a href="https://www.cm-loures.pt">https://www.cm-loures.pt</a>	cm-loures.pt	9	sim	não	61%	10	28%	10	49	PT	PT	6	7	sim	67%	16/09 /2019
	Moita	<a href="https://www.cm-moita.pt">https://www.cm-moita.pt</a>	cm-moita.pt	8	sim	sim	100%	0	19%	15	0	PT	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
	Lisboa	<a href="http://www.cm-lisboa.pt">http://www.cm-lisboa.pt</a>	www.cm-lisboa.pt	9	sim	sim	63%	5	100%	0	1	PT	PT	6	7	sim	85%	16/09 /2019
Alentejo Litoral	Sines	<a href="http://www.sines.pt">http://www.sines.pt</a>	sines.pt	5	sim	sim	100%	0	20%	22	0	PT	PT	6	7	não	60%	16/09 /2019
	Alcácer do Sal	<a href="http://www.cm-alcacerdosal.pt">http://www.cm-alcacerdosal.pt</a>	cm-alcacerdosal.pt	15	não	não	60%	4	25%	23	1	Falta	PT	6	7	sim	61%	16/09 /2019
Baixo Alentejo	Barrancos	<a href="http://www.cm-barrancos.pt">http://www.cm-barrancos.pt</a>	cm-barrancos.pt	12	não	não	100%	0	20%	1	44	Falta	PT	6	7	não	60%	16/09 /2019
	Beja	<a href="https://cm-beja.pt">https://cm-beja.pt</a>	cm-beja.pt	7	sim	não	62%	7	32%	6	39	PT	PT	6	7	sim	66%	16/09 /2019

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Favic on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avai lable	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	Almodôvar	<a href="https://www.cm-almodovar.pt">https://www.cm-almodovar.pt</a>	cm-almodovar.pt	12	sim	não	61%	6	100%	0	58	PT	PT	6	7	não	60%	16/09/2019
	Mértola	<a href="https://www.cm-mertola.pt">https://www.cm-mertola.pt</a>	cm-mertola.pt	10	sim	sim	64%	15	100%	0	0	PT	PT	6	7	não	60%	16/09/2019
Lezíria Do Tejo	Benavente	<a href="http://www.cm-benavente.pt">http://www.cm-benavente.pt</a>	cm-benavente.pt	12	sim	sim	61%	5	100%	0	0	PT	PT	6	7	não	62%	16/09/2019
	Cartaxo	<a href="https://www.cm-cartaxo.pt">https://www.cm-cartaxo.pt</a>	cm-cartaxo.pt	10	sim	não	64%	12	100%	0	0	PT	PT	6	7	não	*	16/09/2019
	Coruche	<a href="http://www.cm-coruche.pt">http://www.cm-coruche.pt</a>	cm-coruche.pt	10	sim	sim	64%	8	100%	0	0	PT	PT	6	7	não	60%	16/09/2019
	Chamusca	<a href="http://www.cm-chamusca.pt">http://www.cm-chamusca.pt</a>	cm-chamusca.pt	11	sim	sim	64%	6	100%	0	9	PT	PT	6	7	não	61%	16/09/2019
Alto Alentejo	Campo Maior	<a href="http://www.cm-campo-maior.pt">http://www.cm-campo-maior.pt</a>	cm-campo-maior.pt	14	sim	não	62%	11	29%	17	108	ING	PT	6	7	sim	75%	16/09/2019
	Portalegre	<a href="http://www.cm-portalegre.pt">http://www.cm-portalegre.pt</a>	cm-portalegre.pt	13	sim	não	62%	9	29%	12	93	Falta	PT	6	7	não	*	16/09/2019

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Favic on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avail able	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	Crato	<a href="http://www.cm-crato.pt">http://www.cm-crato.pt</a>	cm-crato.pt	8	sim	não	63%	10	31%	12	79	ING	PT	6	7	não	60%	16/09 /2019
	Gavião	<a href="http://www.cm-gaviao.pt">http://www.cm-gaviao.pt</a>	cm-gaviao.pt	8	sim	não	63%	11	29%	13	144	ING	PT	6	7	não	61%	16/09 /2019
Alentejo Central	Évora	<a href="http://www.cm-evora.pt">http://www.cm-evora.pt</a>	cm-evora.pt	8	sim	sim	64%	14	24%	26	0	PT	PT	6	7	não	74%	17/09 /2019
	Vila Viçosa	<a href="https://www.cm-vilaviciosa.pt">https://www.cm-vilaviciosa.pt</a>	cm-vilaviciosa.pt	13	sim	sim	64%	15	24%	31	0	PT	PT	6	7	não	61%	17/09 /2019
	Estremoz	<a href="http://www.cm-estremoz.pt">http://www.cm-estremoz.pt</a>	cm-estremoz.pt	11	sim	sim	65%	19	19%	3	24	Falta	PT	6	7	não	61%	17/09 /2019
	Mora	<a href="http://www.cm-mora.pt">http://www.cm-mora.pt</a>	cm-mora.pt	7	sim	sim	64%	15	24%	30	0	PT	PT	6	7	não	61%	17/09 /2019
	Alandroal	<a href="http://www.cm-alandroal.pt">http://www.cm-alandroal.pt</a>	cm-alandroal.pt	12	sim	sim	64%	15	24%	30	0	PT	PT	6	7	não	60%	17/09 /2019
Algarve	Albufeira	<a href="https://www.cm-albufeira.pt">https://www.cm-albufeira.pt</a>	cm-albufeira.pt	12	sim	sim	60%	4	100%	0	97	PT	PT	6	7	não	61%	17/09 /2019

Regiões NUT III	Município	Home page do Município	URL (Título do site e tamanho)		Favic on (S/N )	Cust om 404 page (S/N )	Asset minification		Asset compression		Asset cache ability	Language		Do mai n avail able	Typ o Avai labl e	emai l priva cy	Trust indica tors (%)	Data da anális e
			Título do site	Tama nho			%	Nº de página s	%	Nº de página s		Decl arad o	Dete ctad o					
	Lagos	<a href="https://www.cm-lagos.pt">https://www.cm-lagos.pt</a>	cm-lagos.pt	8	sim	não	63%	15	17%	1	0	PT	PT	6	7	não	74%	17/09 /2019
	Faro	<a href="http://www.cm-faro.pt">http://www.cm-faro.pt</a>	cm-faro.pt	7	sim	não	100%	0	100%	0	40	PT	PT	6	7	não	*	17/09 /2019
	Castro Marim	<a href="https://cm-castromarim.pt">https://cm-castromarim.pt</a>	cm-castromarim.pt	14	sim	sim	60%	9	19%	1	0	PT	PT	6	7	não	60%	17/09 /2019
	Alcoutim	<a href="http://www.cm-alcoutim.pt">http://www.cm-alcoutim.pt</a>	cm-alcoutim.pt	11	sim	não	62%	10	100%	0	102	ING	PT	6	7	não	60%	17/09 /2019
Média				10,725 27473			69%	8,0454 54545	54%	10,397 72727	27,034 09091			6	7		63,43 %	
Desvio- padrão				3,3568 03817			0,1529 54489	8,1394 5844	0,3795 67052	11,892 75813	41,334 19971			0	0		0,0586 11759	
Percent agem					93% (sim)	63% (sim)						76%***				21% (Sim)		

## **Apêndice III – Guião de Entrevista**

### **Mestrado em Contabilidade e Finanças**

#### **“Práticas de Prestação de Contas: Meios Digitais nas Autarquias Locais”**

Guião de Entrevista:

**Q1.** Que itens obrigatórios de informação económico-financeira disponibilizam no *website* do município?

**Q2.** Disponibilizam mais algum documento de carácter não obrigatório que considerem ser relevante?

**Q3.** Existe uma preocupação de divulgar a informação financeira comparável, completa e atempada?

**Q4.** Existe uma preocupação de divulgar a informação financeira de maneira a ser acessível a todos os cidadãos?

**Q5.** Considera que o *website* do município é de fácil uso?

**Q6.** Os fatores como dimensão populacional, competição política e visibilidade da *web* influenciam o nível de divulgação financeira?

**Q7.** Em que medida a disponibilização de informação económico-financeira no sítio *web* das autarquias locais contribuí para uma maior transparência e *accountability*?

